

Série
PARÂMETROS ECONÔMICOS

NOTA TÉCNICA DEA-03/09

Premissas sociodemográficas *de longo prazo*

Rio de Janeiro
Abril de 2009



**Ministério de
Minas e Energia**



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco para o adequado alinhamento de páginas na impressão com a opção frente e verso - “*double sided*”)



Série PARÂMETROS ECONÔMICOS

NOTA TÉCNICA DEA 03/09 Premissas sociodemográficas *de longo prazo*

GOVERNO FEDERAL

Ministério de Minas e Energia

Ministro

Édison Lobão

Secretário Executivo

Márcio Pereira Zimmermann

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

Altino Ventura Filho



Empresa de Pesquisa Energética

Empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, instituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, a EPE tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Presidente

Maurício Tiomno Tolmasquim

Diretor de Estudos Econômicos e Energéticos

Amilcar Guerreiro

Diretor de Estudos de Energia Elétrica

José Carlos de Miranda Farias

Diretor de Estudos de Petróleo, Gás e Biocombustível

Gelson Baptista Serva

Diretor de Gestão Corporativa

Ibanês César Cássel

Coordenação Geral

Maurício Tiomno Tolmasquim

Amilcar Guerreiro

Coordenação Executiva

Ricardo Gorini

Equipe Técnica

Emílio Matsumura

Isabela de Almeida Oliveira

Cláudio Gomes Velloso

URL: <http://www.epe.gov.br>

Sede

SAN – Quadra 1 – Bloco B – Sala 100-A

70041-903 - Brasília – DF

Escritório Central

Av. Rio Branco, n.º 01 – 11º Andar

20090-003 - Rio de Janeiro – RJ

Rio de Janeiro

Abril de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco para o adequado alinhamento de páginas na impressão com a opção frente e verso - “*double sided*”)

Série
PARÂMETROS ECONÔMICOS
NOTA TÉCNICA DEN XX/09
Premissas sociodemográficas
de longo prazo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1 REVISITANDO O CRESCIMENTO POPULACIONAL DO PNE 2030	7
2 QUESTÕES DEMOGRÁFICAS PARA O PNE 2035	11
2.1 DECLÍNIO DA TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL	11
2.2 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL	17
2.3 BÔNUS DEMOGRÁFICO	21
3 PROJEÇÕES DE VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS PARA O PNE 2035	27
3.1 REGIONALIZAÇÃO DAS PROJEÇÕES	27
3.2 GRAU DE URBANIZAÇÃO	30
3.3 DOMICÍLIOS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
GLOSSÁRIO	43
ANEXO A METODOLOGIAS DE PROJEÇÃO	47
ANEXO B. BRASIL E GRANDES REGIÕES. PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E DO NÚMERO DE DOMICÍLIOS	51
ANEXO C. UNIDADES DA FEDERAÇÃO. PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL	57

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação entre as projeções de População das Revisões do IBGE de 2008 e 2004.	7
Tabela 2 - TFT. Crianças por mulher	16
Tabela 3 - Mundo. Comparação entre indicadores demográficos selecionados	21
Tabela 4 - Países Selecionados. Contribuição do bônus demográfico para o crescimento econômico.	24
Tabela 5 - Ásia. Contribuição do bônus demográfico para o crescimento econômico	24
Tabela 6 - Brasil e Regiões. Projeção da população total*	29
Tabela 7 - Brasil e grandes regiões. Projeções do grau de urbanização (%)	31
Tabela 8 - Brasil e Regiões. Projeção da população urbana	32
Tabela 9 - Brasil e Regiões. Projeção da população rural	32
Tabela 10 - Brasil e Regiões. Acesso à iluminação elétrica (%)	33
Tabela 11 - Brasil e Regiões. Acesso à iluminação elétrica (%)	34
Tabela 12 - Brasil e Regiões. Número Total de Domicílios Particulares Permanentes	35
Tabela 13 - Brasil e Regiões. Número Total de Domicílios Particulares Permanentes	37
Tabela 14 - Brasil e Regiões. Proporção de Domicílios Particulares Permanentes Urbanos	37
Tabela 15 - Estimativas para regionalização da população.	47
Tabela 16 - Brasil e Regiões. Relação Habitantes/Domicílio por Situação do Domicílio	49

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Diferenças entre PNE 2030 e PNE 2035	8
Gráfico 2 - Brasil. Cenários para evolução da população total, 2000-2050	12
Gráfico 3 - Brasil. Estimativa da taxa de fecundidade total (TFT), 1940-2050	13
Gráfico 4 - Brasil. Trajetória da população brasileira, 1870-2050	14
Gráfico 5 - Evolução da População Total	15
Gráfico 6 - Evolução da taxa de crescimento populacional (%)	16
Gráfico 7 - Brasil. Índice de envelhecimento da população	17
Gráfico 8 - Brasil. Evolução da estrutura etária da população, 1980-2050	18
Gráfico 9 - Brasil. Taxa de crescimento da população (% ao ano).	19
Gráfico 10 - Brasil. Duração do 1º bônus demográfico	22
Gráfico 11 - Comparação entre as projeções e estimativas regionalizadas.	28
Gráfico 12 - Brasil. Distribuição espacial da população total por região, 2005 e 2035.	29
Gráfico 13 - Brasil. Evolução da população urbana e rural, 1940-2000.	30
Gráfico 14 - Brasil. Evolução do número de moradores por domicílio particular permanente, 2000-2007.	34
Gráfico 15 - Brasil. Repartição Regional dos domicílios particulares permanentes.	36

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Idade mediana dos países dos BRICs - 1950-2050 (em anos)	20
Figura 2 - Relação entre a duração e o ganho total do bônus demográfico	23
Figura 3 - Países da América Latina. Período do bônus demográfico.	25

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco para o adequado alinhamento de páginas na impressão com a opção frente e verso - "*double sided*")

APRESENTAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o Brasil tem passado por profundas transformações no seu perfil demográfico, não só em termos da dinâmica de crescimento populacional, mas também com relação à sua distribuição espacial, ao seu rápido processo de urbanização, à pirâmide etária, entre outros aspectos.

Por sua vez, esses diferentes aspectos da evolução demográfica, por conta dos seus importantes efeitos sociais e econômicos, acabam se refletindo de forma significativa em termos do consumo de energia. Assim sendo, é preocupação básica de qualquer estudo prospectivo da demanda de energia estabelecer premissas com relação ao comportamento futuro da população.

Nesse sentido, este estudo se ocupa de abordar as premissas sociodemográficas de longo prazo que embasam os estudos econômico-energéticos que compõem o Plano Nacional de Energia (PNE), estudo prospectivo da expansão da demanda e da oferta de energia no país.

Para tanto, as estimativas demográficas de interesse para o planejamento energético foram obtidas, por um lado, levando em conta o contexto aludido de significativas transformações da população brasileira e, por outro lado, tendo como ponto de partida as estimativas mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

É importante frisar que o estudo do IBGE trouxe importantes alterações (especialmente na questão da evolução populacional), o que tornou imperiosa a realização de uma atualização das projeções anteriores com vistas ao PNE 2035. Para exemplificar a ordem de grandeza destas mudanças, a nova projeção de população para 2030 considerada pelo IBGE é cerca de 20 milhões de habitantes menor do que a estimada previamente.

O estudo está organizado em três capítulos. No primeiro, são apresentadas as diferenças mais importantes entre as projeções utilizadas nos estudos do PNE 2030 e aquelas alteradas pelo IBGE. As possíveis implicações dessas alterações no campo do consumo energético são levantadas.

No segundo capítulo, são feitas considerações sobre aspectos da demografia brasileira que possuem papel relevante na explicação das projeções utilizadas para realização do PNE 2035, entre elas a transição demográfica, o perfil de evolução populacional do Brasil e, especialmente, o chamado bônus demográfico (implicações da questão demográfica no campo econômico).

No terceiro capítulo, são apresentadas as projeções da população, discriminadas por situação (urbana e rural), segundo as grandes regiões, e a projeção do número de domicílios, também desagregada por situação. Para isso, foi adotada como referência a projeção do IBGE (2008) com pequenos ajustes nos valores projetados, no sentido de referenciar a população para a data de 31 de dezembro de cada ano, em razão das necessidades dos estudos de planejamento energético desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Já a projeção de domicílios, também com referência em 31 de dezembro, segue metodologia descrita em estudos anteriores conduzidos pela EPE.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco para o adequado alinhamento de páginas na impressão com a opção frente e verso - “*double sided*”)

1 REVISITANDO O CRESCIMENTO POPULACIONAL DO PNE 2030

O PNE 2030 foi elaborado pela EPE tendo como base os dados de população divulgados pelo IBGE em 2004. Sua principal conclusão em termos de crescimento populacional era a de que o Brasil atingiria o total de 238 milhões de habitantes em 2030. O acréscimo entre 2005 e 2030 corresponderia a mais de 53 milhões de pessoas, valor equivalente à “população da região Nordeste do país (cerca de 51 milhões), ou mesmo da Espanha (cerca de 40 milhões) e da França (cerca de 61 milhões).” (EPE, 2007)

Em novembro de 2008, o IBGE divulgou estudo com suas estimativas populacionais revisadas. Segundo o Instituto, a necessidade dessa revisão deveu-se principalmente à atualização das informações sobre as tendências observadas da mortalidade, fecundidade e migração em nível nacional, no período de 1980 a 2050. Em particular, os resultados revelaram que a população brasileira segue um processo de envelhecimento da população, resultante do efeito combinado da redução dos níveis da fecundidade e da mortalidade e do aumento da expectativa de vida (IBGE, 2008¹).

Conseqüentemente, a revisão do IBGE ensejou pelo menos duas importantes alterações nas projeções populacionais do PNE 2030: a re-estimativa da população de 2005 e uma taxa de crescimento populacional ajustada às novas tendências demográficas observadas pelo instituto.

Verifica-se que a atualização do IBGE implicou redução nos dois casos: a população em 2005 caiu para 183,4 milhões (queda de 0,43%) e a taxa de crescimento média no período de 2005 a 2030 saiu de 1,03% ao ano para 0,66% ao ano. A evolução quinquenal comparada é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Comparação entre as projeções de População das Revisões do IBGE de 2008 e 2004.

ANO	POPULAÇÃO em 01/07 (mil hab)		Variação	
	2004 (a)	2008 (b)	(mil hab) (b) - (a)	(%) (b) / (a)
2005	184.184	183.383	-801	-0,43
2010	196.834	193.252	-3.582	-1,82
2015	208.468	200.881	-7.587	-3,64
2020	219.077	207.143	-11.934	-5,45
2025	228.873	212.430	-16.443	-7,18
2030	237.737	216.410	-21.327	-8,97

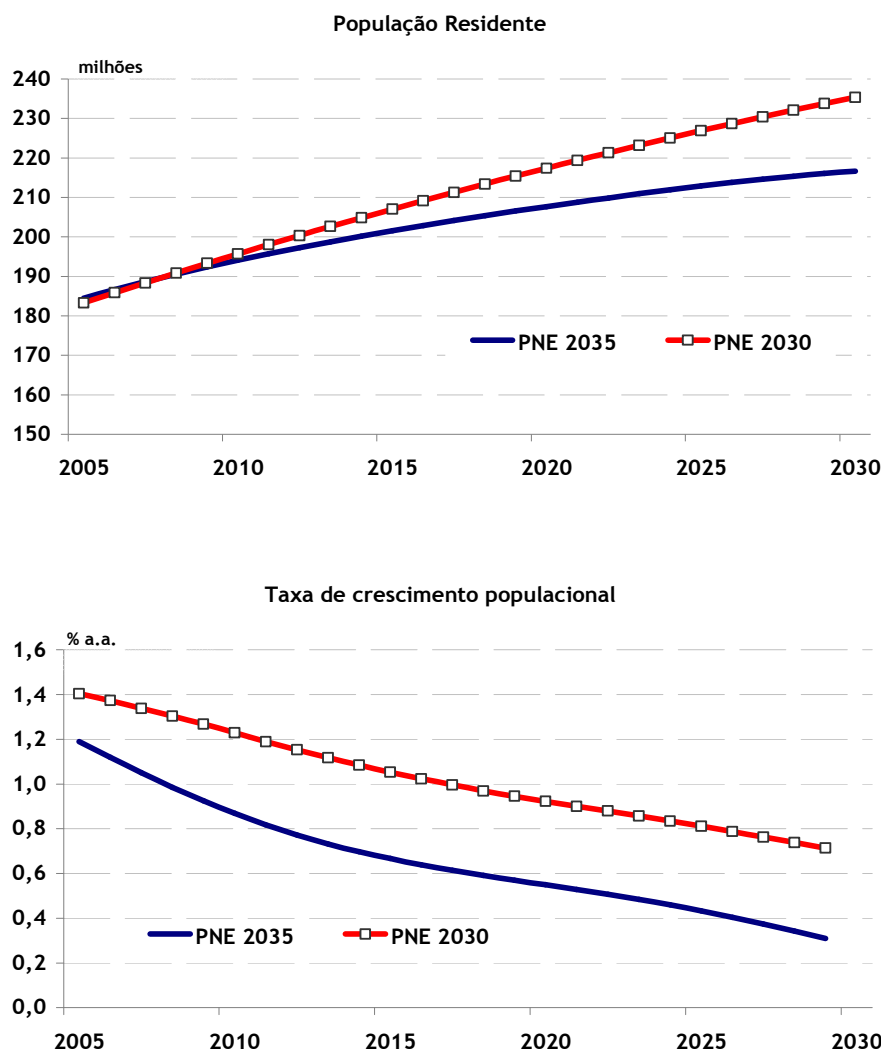
Fonte: IBGE

¹ “Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade: 1980 - 2050 - Revisão 2008” - IBGE, novembro de 2008.

As novas projeções revelam uma expressiva diferença de cerca de 21 milhões no total da população brasileira para o ano de 2030 entre a nova e a projeção anterior. Vale notar que, mesmo estendendo a nova projeção para 2035, a população brasileira estimada neste ano (218 milhões) ainda ficaria abaixo da estimativa de 2020 na projeção anterior.

Sem dúvida, a diferença no horizonte de 2005 a 2035 pode ser totalmente creditada à menor taxa de crescimento no período. Levando em conta o ajuste das estimativas do IBGE para 31 de dezembro (referência dos estudos de planejamento), o Gráfico 1 ilustra que a diferença nas trajetórias da evolução populacional entre as projeções anteriores do PNE 2030 e as novas projeções do PNE 2035 reside fundamentalmente na discrepância entre as respectivas taxas de crescimento consideradas.

Gráfico 1 - Diferenças entre PNE 2030 e PNE 2035



Fonte: Elaboração própria, considerando dados primários do IBGE.

Esta redução da taxa de crescimento, por sua vez, está ligada à tendência observada de queda na taxa de fecundidade que, embora guarde correspondência com as experiências de vários países, impressiona pela rapidez com que tem ocorrido no país nas últimas décadas.

Tanto a análise mais detida das transformações demográficas por trás das novas projeções quanto as implicações decorrentes para a evolução das variáveis sociodemográficas de interesse para o planejamento energético são discutidas na sequência.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco para o adequado alinhamento de páginas na impressão com a opção frente e verso - “*double sided*”)

2 QUESTÕES DEMOGRÁFICAS PARA O PNE 2035

A transição demográfica tem sido responsável, em muitos países, por ganhos no crescimento econômico, em que se destaca o declínio da fertilidade como elemento condutor do processo. A questão da transição demográfica é, portanto, essencial para o estabelecimento de cenários de longo prazo.

Nesse sentido, vale destacar que as mudanças incorporadas nas projeções do PNE 2035 não se referem tão somente à quantidade, mas essencialmente ao processo de transição demográfica pela qual passa o Brasil e cujas origens remontam a meados do século passado, quando as taxas de fecundidade e de mortalidade passaram a cair.

O resultado mais visível dessas transformações tem sido uma população mais envelhecida e com uma maior participação feminina na sociedade, e espera-se que essas características sejam reforçadas nas próximas décadas. Por outro lado, a fase atual (que compreende o início dos anos 2000 até sua segunda década) pode vir a ser afetada positivamente pelo chamado bônus demográfico, com consequências socioeconômicas significativas.

Todas essas questões demográficas formam as condições de contorno mais relevantes para o estabelecimento das premissas sociodemográficas de longo prazo a serem utilizadas nos estudos do PNE 2035 e são, portanto, descritas mais detalhadamente a seguir.

2.1 Declínio da taxa de fecundidade total

A análise da evolução demográfica do Brasil sugere que há três fatores fundamentais que influenciam a trajetória da população do país: (a) fluxos migratórios internacionais; (b) declínio da mortalidade (aumento da esperança de vida ao nascer) e (c) declínio da taxa de fecundidade total (TFT).

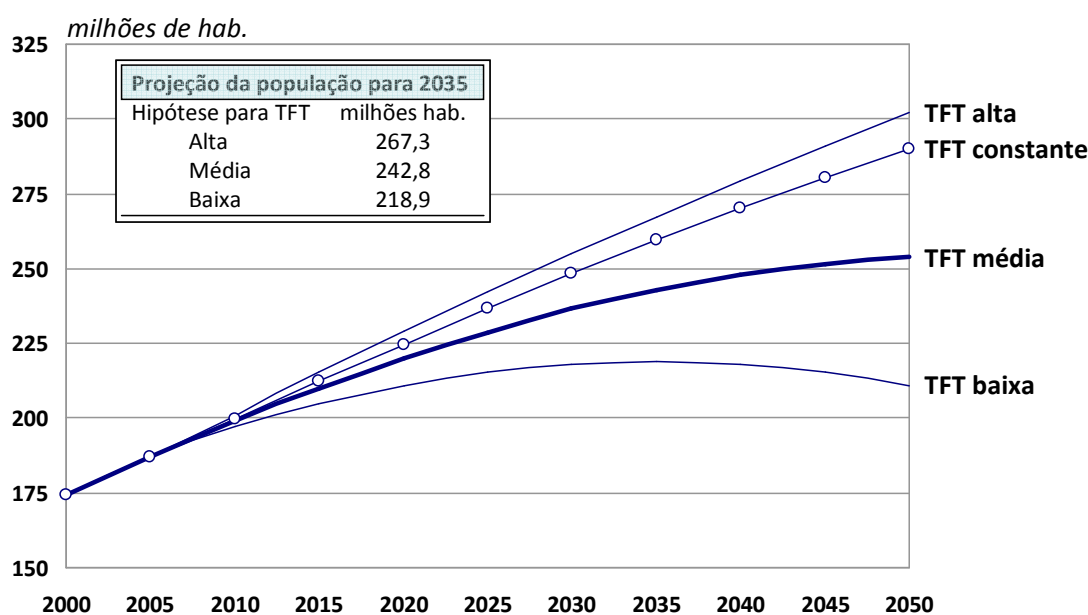
Com relação ao fluxo migratório internacional, é possível que uma projeção da população brasileira deva considerar, ao contrário do que ocorreu na primeira metade do século XX, um saldo negativo. CARVALHO e CAMPOS (2007) estimaram, já considerando dados do Censo Demográfico 2000, um saldo negativo no fluxo migratório internacional para a década de 1990, de mais de meio milhão de pessoas com 10 anos ou mais de idade. Ademais, pela complexidade do tema, o próprio IBGE, seja pelas dificuldades intrínsecas da aferição, seja pela multiplicidade de fatores associados, projeta a população do Brasil considerando nulo, por hipótese, o saldo migratório internacional.

O declínio da mortalidade é uma tendência que deve se manter nos próximos anos, embora configurando uma trajetória esperada de ritmo muito menor do que o observado no passado, haja vista que a expectativa de vida ao nascer já atingiu 72,6 anos em 2007. Em sua projeção, o IBGE considera que este indicador evolui para 76,1 anos em 2020 e 78,2 em 2030, atingindo 80 anos em 2040 (IBGE, 2008). Se por um lado, comparado à evolução histórica, é um crescimento importante, por outro lado, é ainda muito pequeno para exercer uma influência decisiva na trajetória futura do efetivo populacional.

Em conclusão, tem-se que a variável-chave para a projeção da população brasileira é, de fato, a taxa de fecundidade total. Considerando que essa taxa tem percorrido uma trajetória declinante, a questão que sobrevém naturalmente é quando a taxa líquida de reprodução² se igualará à unidade. Se isto ocorrer, a população brasileira estará em um nível estacionário, ou seja, sua taxa intrínseca de crescimento será igual a zero.

As projeções feitas pela Divisão de População do Departamento de Assuntos Sociais e Econômicos da ONU apontam nessa direção. Para três possíveis trajetórias da TFT, denominadas alta, média e baixa³ estima-se a população brasileira em 2035 entre 219 e 267 milhões de habitantes (ver Gráfico 2, onde se inclui, para efeito de comparação, a trajetória da população com TFT constante).

Gráfico 2 - Brasil. Cenários para evolução da população total, 2000-2050



Fonte: ONU, 2008

De acordo com essas projeções:

- considerando a TFT baixa, a população total do país poderia declinar já a partir de 2030;
- na trajetória média, a população brasileira ficaria estável após 2050;

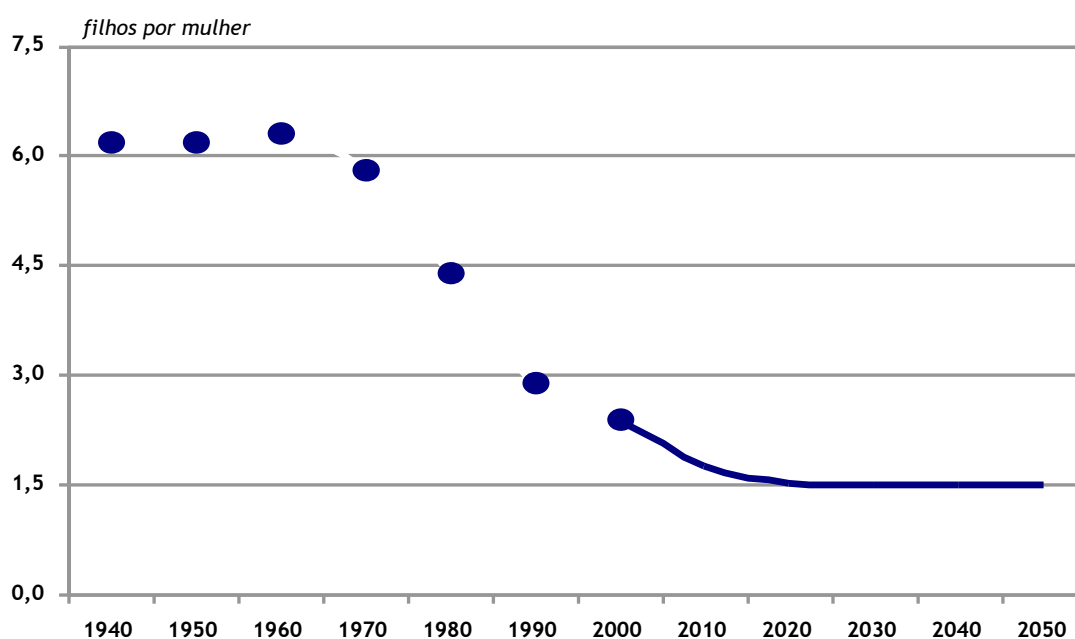
² “Na demografia, o estudo da reprodução é aquele que tem por objetivo avaliar a capacidade de reposição de uma população em termos de gerações. A medida clássica para este fenômeno é denominada taxa de reprodução líquida (R_0). Ao contrário da taxa de crescimento observada, esta medida não está sujeita aos efeitos da composição etária, sendo, portanto, o sinalizador ideal do poder de reconstituição populacional. Caso R_0 seja maior do que 1, ou seja, se a segunda geração superar a primeira, no longo prazo, ao atingir a estabilidade, a população crescerá. Ela permanecerá estacionária, isto é, sem crescer, se a taxa for igual à unidade. E, finalmente, decrescerá a taxas uniformes, se R_0 situar-se abaixo de 1. Portanto, os níveis de reprodução demográfica guardam uma estreita relação com as taxas de crescimento de populações estáveis. Estas últimas são também chamadas de taxa intrínseca de crescimento.” (TURRA, 2000)

³ A descrição dessas hipóteses é detalhada no site da ONU: <<http://esa.un.org/unpp>>.

- a diferença entre as situações extremas em 2035, de mais de 48 milhões de pessoas, é maior do que a população de qualquer estado brasileiro na atualidade⁴.

Para efeito de sua nova projeção da população brasileira, o IBGE reavaliou a hipótese correspondente à trajetória da fecundidade, fruto da introdução das estimativas das taxas de fecundidade total a partir dos dados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2002 a 2006. O ajuste logístico - com os pontos de apoio em 1991, 2000 [dados censitários] e nesses dados da PNAD - resultou em uma fecundidade limite (assíntota inferior) de 1,5 filho por mulher (IBGE, 2008), conforme indicado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Brasil. Estimativa da taxa de fecundidade total (TFT), 1940-2050

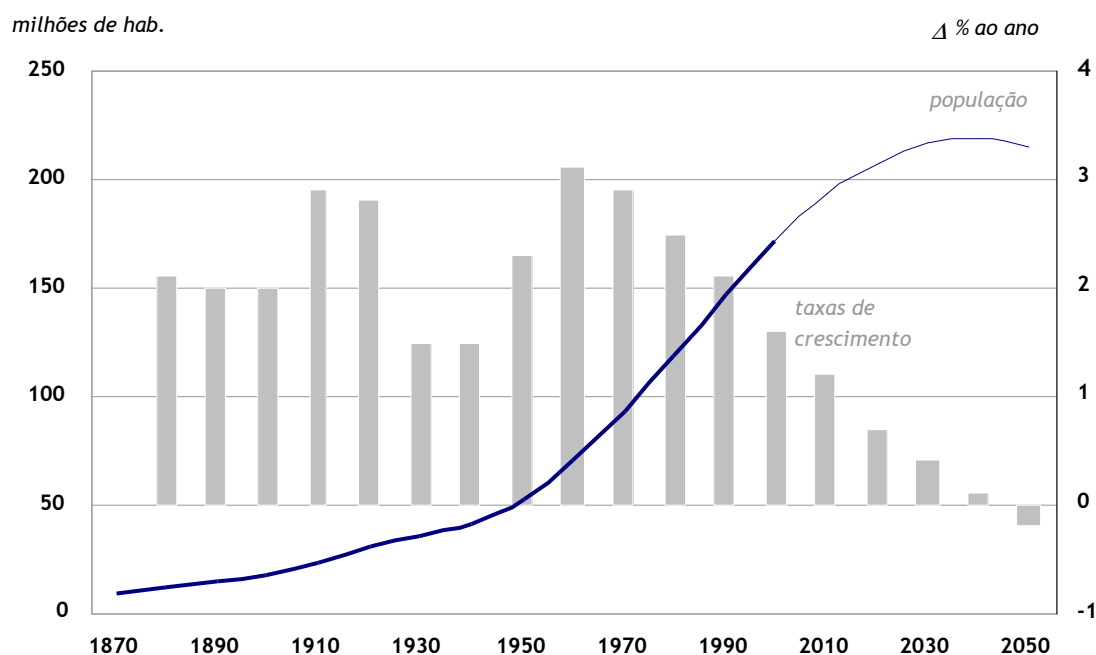


Fontes: até 2000, Alves, J.E.D, 2008 citando dados censitários e PNAD 2006 e ONU, 2008; de 2000 (inclusive) até 2050: IBGE, 2008 (TFT implícita na projeção a partir da hipótese recomendada, ao meio do ano civil indicado).

Nessas condições, e admitindo hipóteses complementares referentes a outros componentes demográficos, o IBGE projeta a população brasileira para 2035 em 218,6 milhões, atingindo seu valor máximo em 2039 (IBGE, 2008). A partir de 2040, a população seria decrescente, conforme indicado no Gráfico 4.

⁴ Segundo a contagem de 2007 realizada pelo IBGE, no estado brasileiro mais populoso, São Paulo, viviam 39,8 milhões de pessoas (população recenseada e estimada).

Gráfico 4 - Brasil. Trajetória da população brasileira, 1870-2050



Fontes: IBGE (Censos Demográficos) e IBGE, 2008 para os valores a partir de 1980.

Obs.: valores ajustados para os anos em que não houve censo com base nas taxas de crescimento apuradas nos interstícios censitários.

Por fim, igualmente importante é a consequente queda das responsabilidades da mulher com relação a “cuidados com as crianças”. Com um número de filhos menor, uma mulher dedicará naturalmente menos tempo de seus anos economicamente produtivos aos “cuidados maternos” e, portanto, poderá dedicá-lo mais às atividades econômicas. Assim, a produtividade potencial da população ganha com o declínio da fertilidade por duas formas importantes (MASON, 2003).

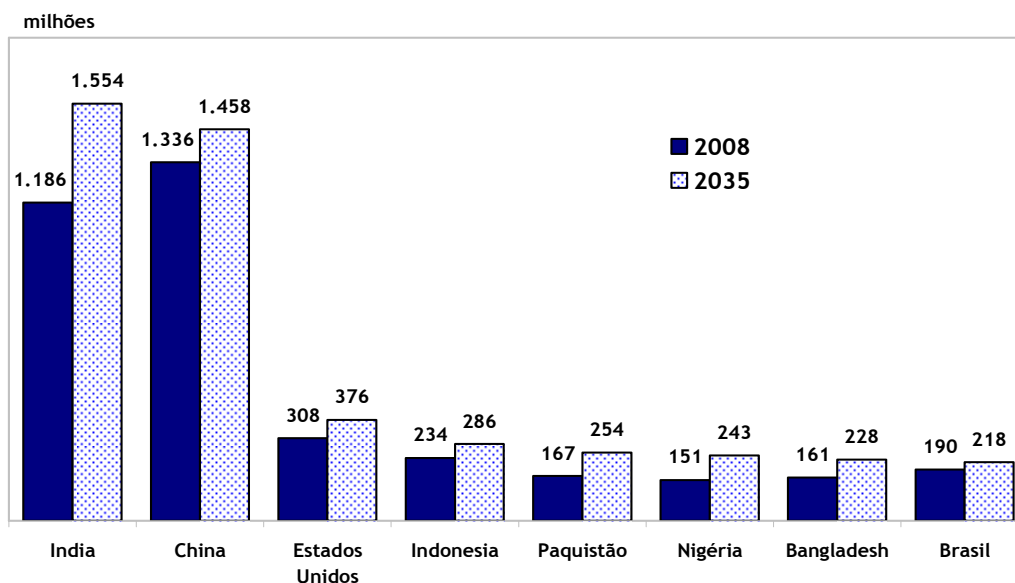
2.1.1 O Brasil no contexto internacional

De acordo com estudos das Nações Unidas, o Brasil ocupa, atualmente, a 5ª posição no *ranking* dos países mais populosos. Com uma população estimada em 194,2 milhões de habitantes no ano de 2008, sua população fica atrás somente da China (1.336 milhões), Índia (1.186 milhões), EUA (308 milhões) e Indonésia (234 milhões).

No entanto, com uma taxa média de crescimento esperada para os anos de 2005 a 2035 de 0,57% ao ano, estima-se que o Brasil cairá para a 8ª posição deste ranking, perdendo posição para Nigéria, Bangladesh e Paquistão.

O Gráfico 5 ilustra a evolução esperada da população desses mesmos países, entre 2005 e 2035, (em mil habitantes).

Gráfico 5 - Evolução da População Total



Fonte: Elaboração própria, a partir de ONU, 2008.

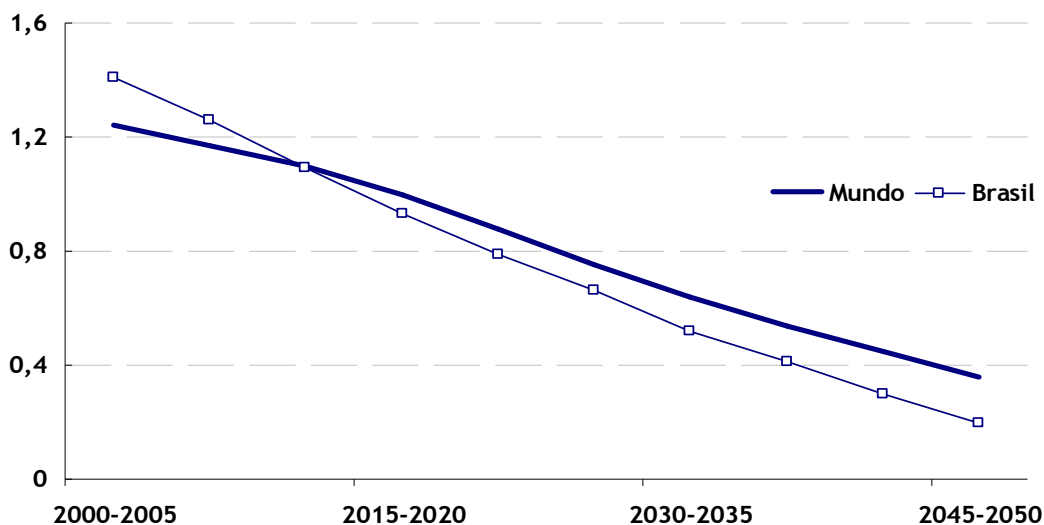
O crescimento esperado de cerca de 28 milhões de pessoas no Brasil, entre os anos de 2008 e 2035, representa uma parcela em torno de 1,5% do crescimento esperado para o mundo neste mesmo período. Isto significa um aumento populacional representado pelo total da população, em 2008, de países como Peru ou Venezuela.

Para se ter uma noção da redução da quantidade incremental da população brasileira nos próximos anos, o crescimento citado, num período de quase 30 anos, representa, aproximadamente, o que o país cresceu somente na década de 1980.

O Brasil, a exemplo do que vem sendo observado nos países desenvolvidos, está apresentando sucessivas quedas nas taxas de crescimento populacional desde a década de 1950. Entretanto, essas taxas ainda são maiores que a média mundial, apresentando uma inversão somente a partir da década de 2010, quando essa taxa passará a ser menor do que a taxa de crescimento populacional mundial, conforme projeções da ONU (Gráfico 6).

Com isto, ele vai se afastando, cada vez mais, das médias apresentadas em países da África e Oriente Médio que, ainda nesta primeira metade do século XXI, mantêm altas taxas de crescimento.

Gráfico 6 - Evolução da taxa de crescimento populacional (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir de ONU, 2008.

A redução no crescimento populacional no Brasil se insere em um contexto internacional no qual a população mundial caminha em direção ao crescimento zero (BRITO, 2007). Neste processo, a queda nas taxas de fecundidade no país possui grande relevância, levando à redução na taxa de crescimento populacional e a uma mudança na estrutura da população do país. Enquanto países europeus já se encontram num estágio de crescimento estacionário, espera-se que o Brasil atinja este estágio somente na segunda metade deste século.

Na comparação com a média mundial (Tabela 2), a TFT do Brasil no período de 2005 a 2035 acentua a diferença em relação à média mundial, caindo abaixo da taxa de reposição. No entanto, o patamar alcançado em torno de 2035, coloca-nos no nível de países como Argentina, EUA e China.

Tabela 2 - TFT. Crianças por mulher

Anos	Mundo	Brasil	Argentina	Alemanha	EUA	China
2000-2005	2,65	2,35	2,35	1,35	2,04	1,70
2030-2035	2,14	1,86	1,85	1,59	1,85	1,85

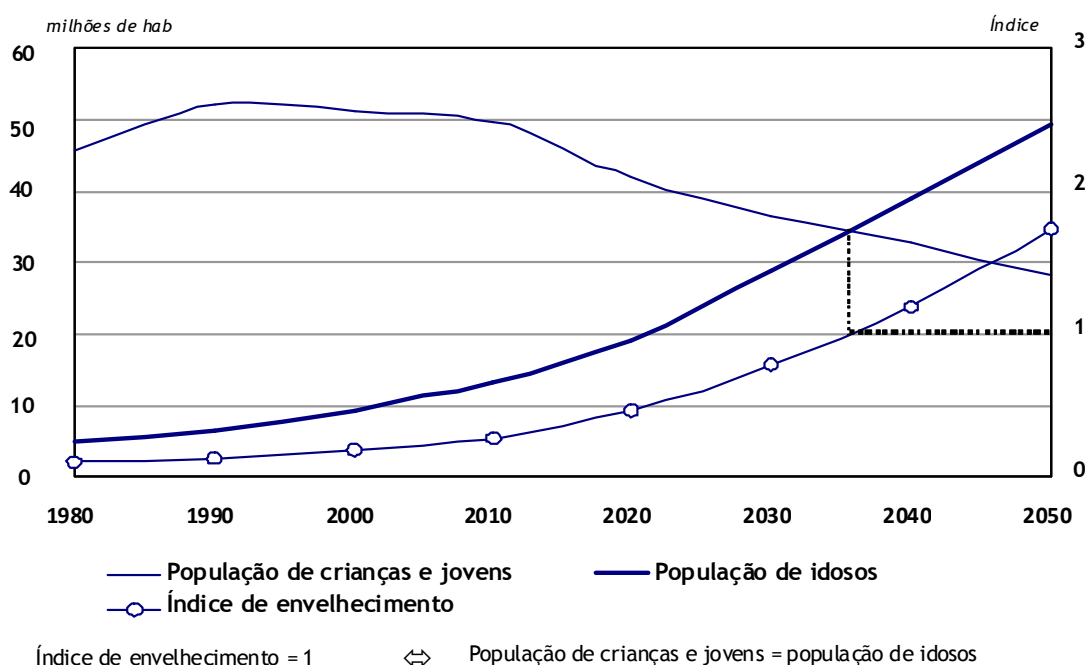
Fonte: Elaboração própria, a partir de ONU, 2008.

2.2 Envelhecimento Populacional⁵

Um efeito da transição demográfica que tem implicações importantes para as políticas sociais e econômicas é a mudança da estrutura etária da população, que deixa de ser predominantemente jovem para iniciar um processo progressivo de envelhecimento. (ALVES, 2008)

De acordo com o IBGE (2008), “o envelhecimento populacional caracteriza-se pela redução da participação relativa de crianças e jovens, acompanhada do aumento do peso proporcional dos adultos e, particularmente, dos idosos”. É exatamente isso o que vem ocorrendo no Brasil, refletindo o efeito combinado da redução consistente da TFT e do aumento, igualmente consistente, da expectativa de vida. O Gráfico 7, em que se apresenta a evolução da população de crianças e jovens e a de idosos, que, combinadas, perfazem o índice de envelhecimento, retrata bem o processo em curso.

Gráfico 7 - Brasil. Índice de envelhecimento da população



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2008)

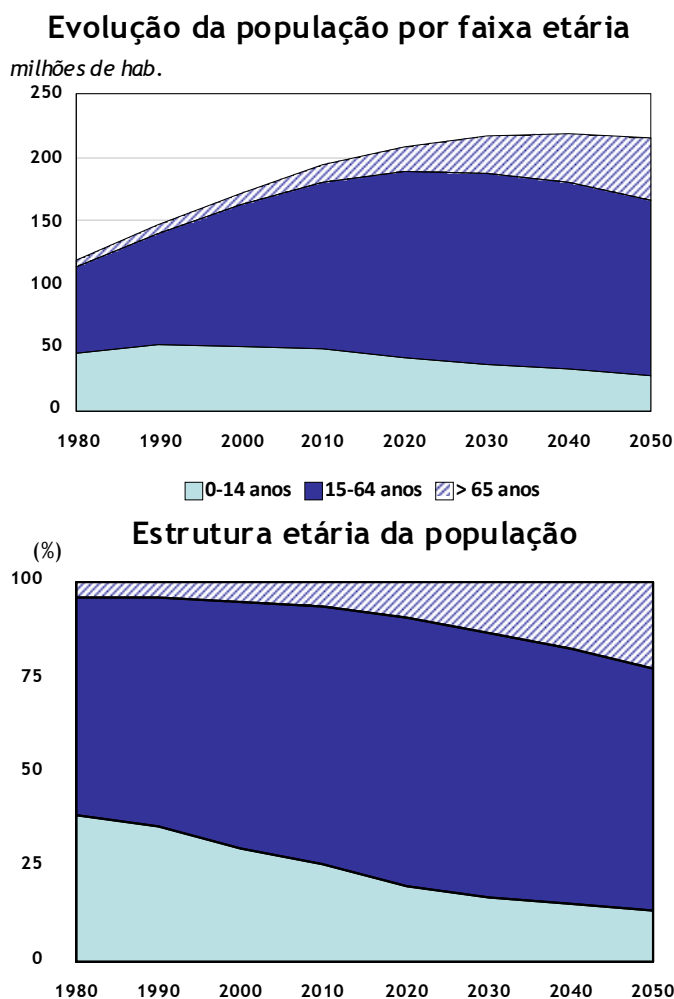
Em 1980, de uma população total de pouco mais de 118 milhões de habitantes, cerca de 50 milhões (42,2%) eram crianças e jovens (14 anos ou menos) ou idosos (65 anos ou mais). Ocorre que, desse contingente - chamado de “dependentes demográficos”, a grande maioria (90%) era de crianças e jovens, que alguns anos mais tarde migrariam, naturalmente, para o contingente dito economicamente ativo. De fato, no ano 2000, os cerca de 60 milhões de

⁵ A estratificação da população por faixa etária pode ser feita de diversas formas. Neste trabalho, será adotada a repartição mais simples, geralmente aceita como caracterizadora do estrato da população considerado economicamente ativo (população entre 15 e 64 anos). Além desse, serão considerados outros dois estratos: população entre 0 e 14 anos (crianças e jovens) e população com 65 anos e mais (idosos).

“dependentes demográficos” correspondiam a 35% da população total, sendo que a parcela de idosos neste contingente subira para 15%.

Tomado em perspectiva, esse processo se acentua e a projeção do IBGE é de que em 2020 o número de “dependentes demográficos” permaneça em torno de 61 milhões (pouco menos de 30% da população total), porém estima-se que a proporção de idosos nesse contingente suba para quase 32% (IBGE, 2008). O Gráfico 8 revela a evolução da população discretizada segundo os estratos etários aqui considerados e a estrutura etária da população em cortes decenais no período de 1980 a 2050.

Gráfico 8 - Brasil. Evolução da estrutura etária da população, 1980-2050



Fonte: IBGE, 2008

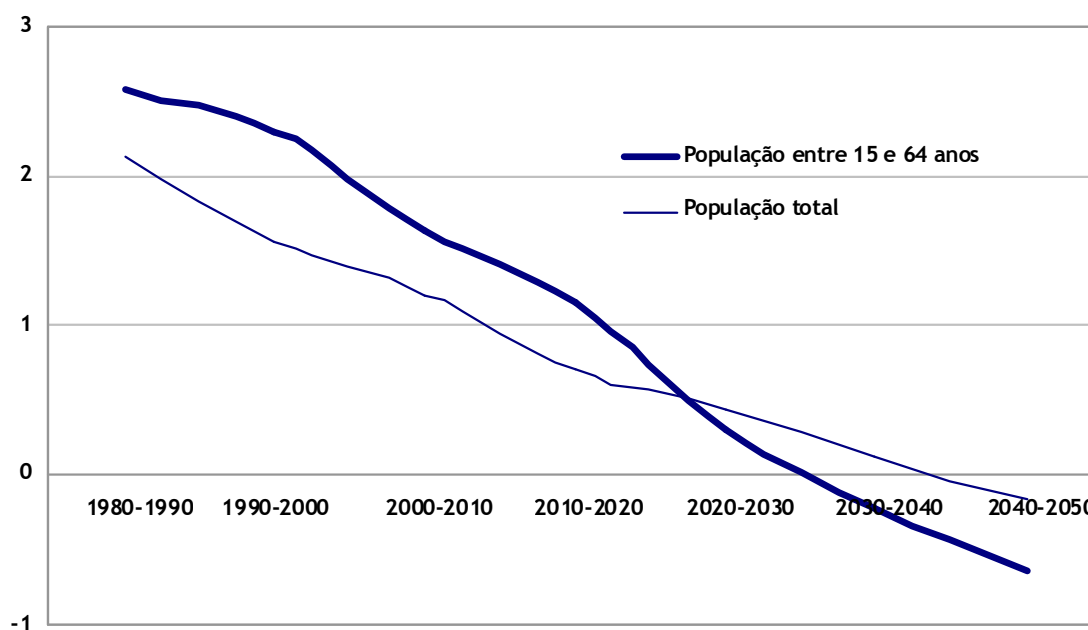
Em 2005, a população brasileira era predominantemente jovem, com a maior parte da população abaixo dos 30 anos. Em 2035, estima-se que já será possível verificar uma mudança neste quadro, havendo um aumento da parcela da população adulta e idosa.

Percebe-se, pois, que o Brasil vive uma “transição demográfica”. De fato, o declínio da fertilidade precede um período no qual a população em idade produtiva cresce muito mais rapidamente do que a população de crianças e jovens. Assim, uma proporção maior da

população ficará concentrada, neste período de transição demográfica, nas idades em que as pessoas são mais produtivas (do ponto de vista econômico).⁶

O Gráfico 9 evidencia que no Brasil, até a década de 2020, o crescimento da população economicamente ativa deverá ser superior ao da população total, isto é, bem superior ao do contingente dito dependente demográfico, constituído por crianças, jovens e idosos.

Gráfico 9 - Brasil. Taxa de crescimento da população (% ao ano).



Fonte: Elaboração própria, a partir de IBGE, 2008

2.2.1 O Brasil no contexto internacional

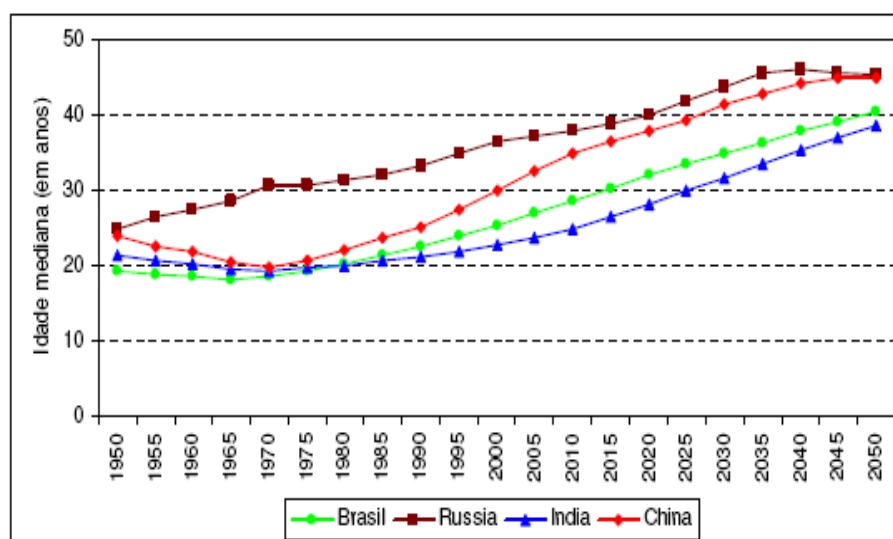
Uma comparação com a situação demográfica mundial revela que o Brasil, assim como demais países da América Latina e países da Ásia, pode ser considerado em uma fase intermediária do processo de transição demográfica. Conforme análise de BRITO (2007), as grandes regiões do planeta vivem momentos diferentes quanto a sua transição demográfica. Enquanto os países europeus já estão em uma fase extremamente avançada da transição demográfica, países africanos ainda se encontram em uma fase muito atrasada.

Entre os países que compõem o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) observa-se que eles apresentam semelhanças quanto ao processo de transição demográfica: todos estão passando por um processo de envelhecimento da população, no qual a redução das taxas de natalidade e de mortalidade possui papel fundamental. A figura a seguir apresenta este processo de envelhecimento através do aumento da idade mediana⁷ nos países do grupo.

⁶ Essa questão é particularmente importante para o Brasil e, portanto, é analisada mais detidamente na seção 2.3 Bônus Demográfico.

⁷ A idade mediana é considerada um indicador de envelhecimento. Conforme BRITO (2007), a idade mediana é aquela que divide a população entre a metade da população com idade inferior a ela e a

Figura 1 - Idade mediana dos países dos BRICs - 1950-2050 (em anos)



Fonte: Alves, 2008.

Em comparação ao grupo, o Brasil ainda apresenta um processo de envelhecimento mais lento. Sem dúvida, o que mais impressiona no gráfico é a evolução da idade mediana da China.

Por outro lado, o envelhecimento da população brasileira também é resultado da acentuada queda na taxa de mortalidade infantil,⁸ e de uma expectativa de vida que vai aumentando de forma consistente ao longo do período, aproximando-se mais dos valores observados na Alemanha e nos EUA, por exemplo.

Por fim, outro aspecto importante ligado ao envelhecimento populacional é a taxa de dependência. Apesar do crescimento relativo da população acima de 65 anos no contingente de dependentes demográficos, a comparação internacional revela que o país mantém uma estabilidade nesse indicador no período de 2005 a 2035, em contraste com a elevação expressiva da taxa de dependência em países como Alemanha, EUA e, principalmente China. A exceção desse grupo de países selecionados é a Argentina, cuja taxa cai no período, indicando um crescimento da sua população economicamente ativa.

A Tabela 3 mostra a evolução esperada desses indicadores demográficos no Brasil e no Mundo, além de alguns países selecionados.

outra metade, superior. No Brasil, a idade mediana, em 30 anos, passa de 26,9 para 36,3 no ano de 2035, enquanto a média mundial passa de 28 para 35,3 anos no mesmo período.

⁸ Mesmo assim seu valor em 2035 ainda estaria acima dos valores de países como Alemanha e EUA em 2005.

Tabela 3 - Mundo. Comparação entre indicadores demográficos selecionados

Anos	Mundo	Brasil	Argentina	Alemanha	EUA	China
Expectativa de vida ao nascer por sexo (anos)						
2000-2005	66,0	71,0	74,3	78,7	77,4	72,0
2030-2035	72,8	77,4	79,2	82,4	81,2	77,4
Taxa de Mortalidade Infantil - Ambos os sexos combinados (óbitos por 1.000 nascidos vivos)						
2000-2005	53,9	27,3	15,0	4,5	6,8	25,7
2030-2035	31,6	10,3	7,8	3,7	4,8	13,5
Taxa de Dependência						
2005	55,0	51,0	58,0	50,0	49,0	41,0
2035	54,0	51,0	52,0	76,0	61,0	56,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de ONU, 2008.

2.3 Bônus demográfico

A evolução da estrutura etária abre uma discussão de grande interesse para os estudos de longo prazo. Trata-se do que os demógrafos chamam de primeiro bônus demográfico (“*first demographic dividend*”).

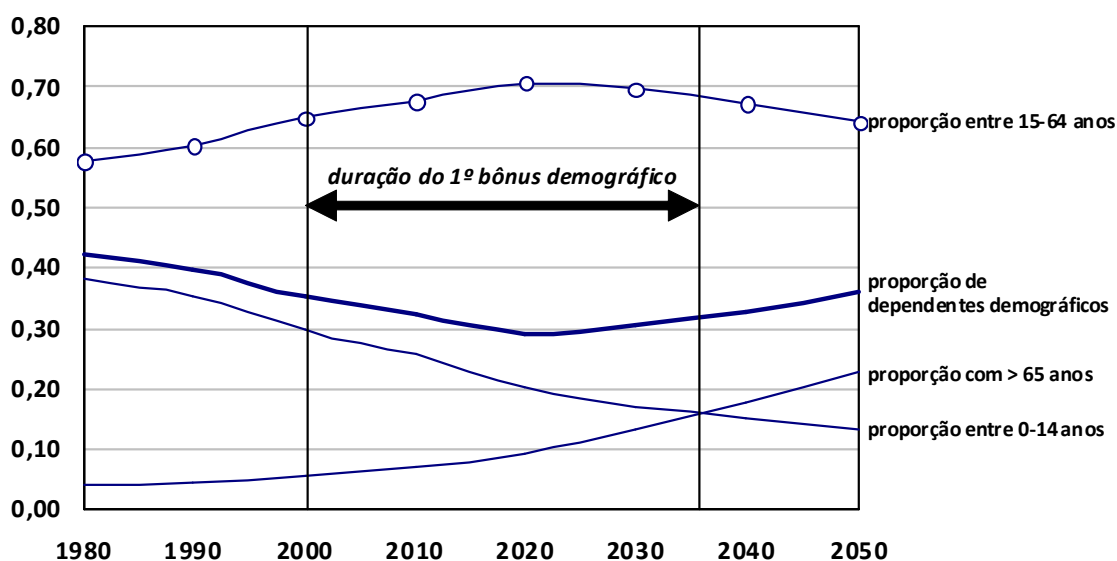
Conforme ALVES (2008), bônus demográfico é o período “em que a estrutura etária da população atua no sentido de facilitar o crescimento econômico. Isso acontece quando há um grande contingente da população em idade produtiva e um menor percentual de crianças e idosos no total da população. O primeiro bônus refere-se ao crescimento da renda resultante do aumento da razão entre produtores e consumidores na população, decorrente das transições demográfica e da estrutura etária”.

Lee e Mason (2006) colocam esta definição em uma perspectiva um pouco mais ampla:

“Industrial countries have largely completed what is called the “demographic transition”—the transition from a largely rural agrarian society with high fertility and mortality rates to a predominantly urban industrial society with low fertility and mortality rates. At an early stage of this transition, fertility rates fall, leading to fewer young mouths to feed. During this period, the labor force temporarily grows more rapidly than the population dependent on it, freeing up resources for investment in economic development and family welfare. Other things being equal, per capita income grows more rapidly too. That’s the first dividend”.

O período deste 1º bônus demográfico é relativamente longo. Conforme Hakkert (2007), a Divisão de População da ONU define o início do bônus demográfico quando a percentagem da população de crianças e jovens (população entre 0 e 14 anos) fica abaixo de 30% e termina quando a percentagem da população de idosos, pessoas com 65 anos e mais, fica acima de 15%. Na trajetória definida pela projeção do IBGE (2008), o 1º bônus demográfico no Brasil começou no ano 2000 e deve se estender até por volta de 2035, como indicado no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Brasil. Duração do 1º bônus demográfico



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2008)

A importância desta discussão está no impacto que esse 1º bônus demográfico pode ter no cenário de crescimento macroeconômico. Segundo Lee e Mason (2006):

“Among developing countries, the support ratio began to increase first in four regions of the world: East and Southeast Asia, Latin America, the Middle East and North Africa, and the Pacific Islands. The effect was to raise the annual rate of growth of output per effective consumer by about 0.5 to 0.6 percentage points annually between 1970 and 2000. The first dividend phase did not begin in South Asia until the mid-1980s and in sub-Saharan Africa until 2000. Indeed, the first dividend was negative between 1970 and 2000 in sub-Saharan Africa because the survival of more children led to a decline in the support ratio”.

Mas, é preciso ter em mente que, no longo prazo, a continuação da baixa fertilidade reduzirá a taxa de crescimento da força de trabalho, enquanto seguirá crescendo a população idosa, sobretudo ao se considerarem os ganhos na expectativa de vida. Lee e Mason (2006) defendem que há a possibilidade de um 2º bônus demográfico, de maior amplitude e duração. Mas essa discussão já foge aos propósitos deste trabalho.

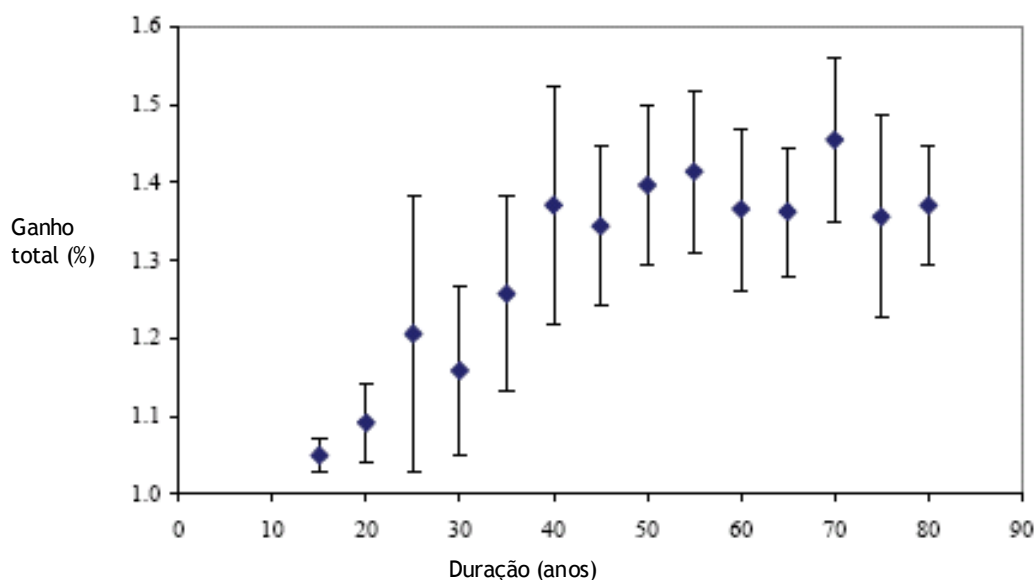
2.3.1 Evolução Internacional Comparada do Bônus demográfico

O bônus demográfico pôde ser observado, ao longo do século passado, sob diferentes aspectos, no que concerne a sua duração e intensidade. Verificado primeiramente no grupo de países denominados industrializados, por volta da década de 1970, teve duração de aproximadamente 30 anos. A partir desta primeira ocorrência, o bônus teve início em outros grupos de países, onde se manifestou através de diferentes impactos nas diversas economias.

De acordo com MASON (2005), existe uma relação entre a duração do bônus e seu ganho efetivo, este é representado pela parcela do PIB de determinada região que pode ser explicada pelo o bônus demográfico. Este ganho pode ser auferido pela taxa da razão de suporte que é definida como a relação entre o número efetivo de produtores sobre o número

efetivo de consumidores. Esta razão de suporte é, portanto, uma medida do bônus demográfico. Quanto maior esta razão, maior o efeito do bônus sobre a taxa de crescimento econômico do período. A Figura 2 mostra essa relação, correlacionando a duração do bônus com os ganhos obtidos, indicados pela diferença da razão de suporte no início e no fim do período. Se o período é de 15 anos, a razão de suporte cresce apenas 5% durante o período. Se o dividendo dura cerca de 35 anos, a razão de suporte cresce em torno de 25%.

Figura 2 - Relação entre a duração e o ganho total do bônus demográfico



Fonte: MASON, 2005.

As mudanças na estrutura etária e os impactos sobre a economia dependem das características da transição demográfica experimentada, no passado, pelos países industrializados e mais recentemente pelos países em desenvolvimento. As características dessa transição variam conforme ocorre o declínio da taxa de mortalidade, o tempo entre a ocorrência da queda da mortalidade e da fertilidade, e a rapidez com que essa queda se apresenta. (LEE, 2007)

As economias industrializadas tiveram processos lentos de transição demográfica, nestes países os impactos da transição para o crescimento econômico foram relativamente moderados.

A contribuição do bônus demográfico para o crescimento econômico para países como Estados Unidos e Japão, apesar de ocorrerem em épocas diferentes, tiveram características semelhantes e impactos positivos sobre o PIB. Na Tabela 4 podemos observar que nos Estados Unidos, por exemplo, cerca de 20% do PIB do período (1970-2000) pode ser atribuído à ocorrência do bônus demográfico. No Japão, a contribuição foi menor, sendo de apenas 12%. No entanto, quando comparado com outros períodos pode-se concluir que neste país o bônus teve um importante impacto sobre o crescimento econômico do período.

Tabela 4 - Países Selecionados. Contribuição do bônus demográfico para o crescimento econômico.

País	Período	Razão de suporte	Taxa de crescimento da razão de suporte/ Taxa de crescimento do PIB (%)
Japão	1900-1940	-0,06	-2,50
	1950-1980	0,61	12,3
	1980-2005	-0,26	-13,2
Estados Unidos	1850-1940	0,27	17,3
	1950-1970	-0,51	-23,7
	1970-2000	0,40	19,5

Fonte: Elaboração própria, a partir de MASON (2005)

Uma das regiões que melhor soube aproveitar o período do bônus demográfico foi o leste asiático. Estudos de casos dessa região comprovam que o bônus teve uma importante contribuição para seu sucesso econômico. A Tabela 5 mostra que, no caso do leste asiático, a mudança da estrutura populacional é capaz de explicar entre 1,4 e 1,9% do crescimento do PIB per capita do período. Ou seja, cerca de um terço do produto per capita do leste asiático foi atribuído ao bônus demográfico. Taxa bem maior do que foi verificada nas outras regiões da Ásia ou mesmo de outras regiões do mundo, a exemplo do que foi apresentado pela tabela anterior.

Conforme pode ser observado pela Tabela 5, o leste asiático, em comparação com as demais regiões da Ásia, teve uma taxa de crescimento populacional bem menor. No entanto, a taxa de crescimento da parcela da população considerada economicamente dependente também foi bem menor que as demais regiões, o que pode explicar a maior contribuição do bônus demográfico para o crescimento econômico do período.

Tabela 5 - Ásia. Contribuição do bônus demográfico para o crescimento econômico

Região	Taxa de crescimento (% a.a.)				Contribuição do bônus demográfico	
	PIB per capita	População	População economicamente ativa	População dependente	Máxima	Mínima
Ásia	3,33	2,32	2,76	1,56	1,64	0,73
Leste Asiático	6,11	1,58	2,39	0,25	1,87	1,37
Sudeste Asiático	3,80	2,36	2,90	1,66	1,81	0,91
Sul Asiático	1,71	2,27	2,51	1,95	1,34	0,41

Fonte: Elaboração própria, a partir de MASON (2005).

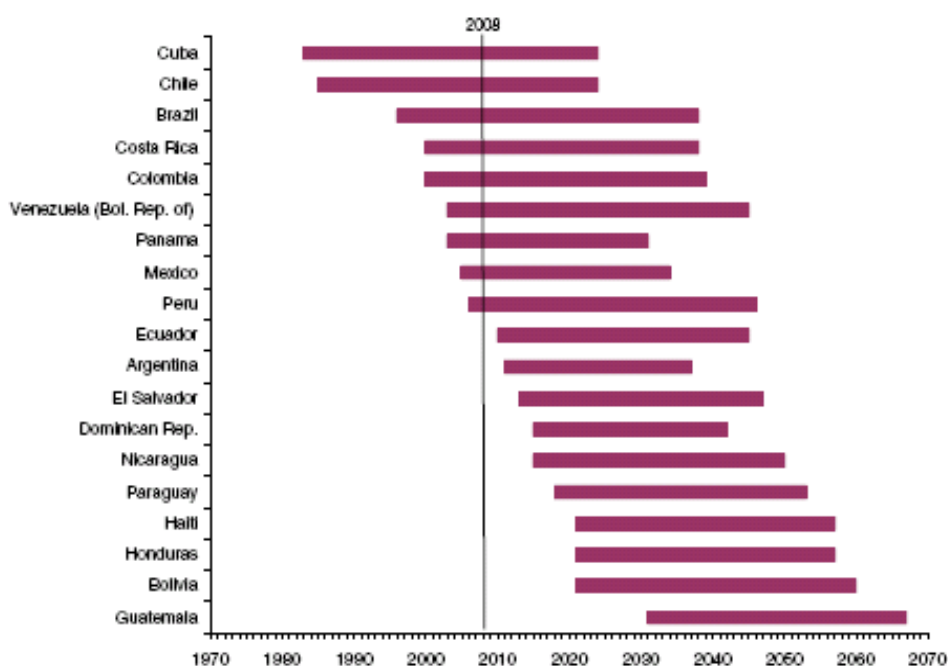
Os países do leste asiático tiveram diversas vantagens em relação a outros países, no que se refere à capacidade de aproveitar o bônus demográfico. Eles possuíam uma força de trabalho mais produtiva, maiores incentivos de investimento em capital humano e maiores incentivos para diminuir a taxa de fertilidade. Além disso, esses países foram capazes de gerar um rápido crescimento do emprego e produtividade de trabalho. O sucesso do crescimento do emprego e da produtividade do trabalho foi possível, também, graças a um sucedido investimento em recursos humanos. (MASON, 2002)

De acordo com Alves (2008), entre os países que compõem o BRIC a China é o país que tem aproveitado melhor o momento demográfico favorável, pois tem gerado empregos em ritmo acelerado, mantido altas taxas de participação feminina no mercado de trabalho e avançado rapidamente nos níveis educacionais e de saúde. Assim, a política macroeconômica da China tem capitalizado o bônus demográfico de uma forma mais ampla.

Na China, no período de 1982 a 2000, a situação demográfica foi especialmente favorável, na medida em que as mudanças na razão de dependência tiveram efeito positivo no resultado do produto por trabalhador. A razão de dependência cresceu a uma taxa anual média de 1,3%. Neste mesmo período, o PIB per capita cresceu a uma taxa anual de 8,4% ao ano. Assim, o primeiro bônus demográfico correspondeu a 15% do crescimento econômico chinês entre 1982 a 2000. (MASON, 2005)

No caso do Brasil, o bônus demográfico se iniciou no ano 2000. Nos 30 anos compreendidos entre 2005 e 2035 as taxas de dependência deverão se reduzir permanecendo em torno de 50% da população em idade ativa. Conforme pode ser visto pela Figura 3, o Brasil está bastante à frente da maioria dos países da América Latina. Somente Cuba e Chile tiveram início do processo de transição demográfica em períodos anteriores.

Figura 3 - Países da América Latina. Período do bônus demográfico.



Fonte: ONU, 2008.

Assim, no Brasil, analisando por esta ótica puramente demográfica, pode-se dizer que a “carga econômica” da dependência demográfica será bastante menor na primeira metade do século XXI do que em qualquer outro momento da história brasileira. Estas mudanças têm, potencialmente, um efeito positivo sobre a renda per capita. Se considerarmos fixos o produto por trabalhador e as taxas de participação na força de trabalho, o simples aumento da PEA - devido ao efeito de composição - elevará o PIB per capita. (ALVES, 2008)

Entretanto, não há uma ligação automática entre as mudanças na estrutura populacional e o crescimento econômico de um país. A eficiência de um bônus demográfico depende das políticas realizadas.

De acordo com BLOOM e CANNING (2005), as mudanças na distribuição etária apenas criam um potencial para o crescimento econômico. Se este potencial é ou não aproveitado depende do ambiente político como, por exemplo, a qualidade das instituições governamentais, legislações trabalhistas, aberturas comerciais e políticas educacionais.

Com isto, o Brasil poderá aproveitar este momento favorável do aumento da participação da população economicamente ativa, possibilitando um maior crescimento econômico. Mas para isso, é necessário que sejam realizadas políticas sociais que possibilitem uma melhor qualificação da força de trabalho e gerar empregos que absorvam a mão-de-obra excedente. Caso contrário, o país deixará de aproveitar os benefícios que o período favorável é capaz de proporcionar.

3 PROJEÇÕES DE VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS PARA O PNE 2035

3.1 Regionalização das Projeções

A regionalização da projeção da população total é elemento essencial para a aplicação nos estudos do planejamento energético de longo prazo. De fato, em grande medida o consumo de energia de uma região (notadamente o consumo de energia elétrica nas residências e no comércio, além do consumo de combustíveis líquidos no setor de transportes) é condicionado de maneira significativa pelas variáveis sociodemográficas.

A desagregação por Unidade da Federação das projeções da população total residente foi estimada até o ano 2030 pelo IBGE. Para a regionalização das projeções populacionais com vistas ao PNE 2035, duas alterações foram conduzidas às estimativas do IBGE: deslocamento da data de referência populacional de 01 de julho para 31 de dezembro e extensão das projeções do IBGE para o período de 2030 a 2035.

Resultados

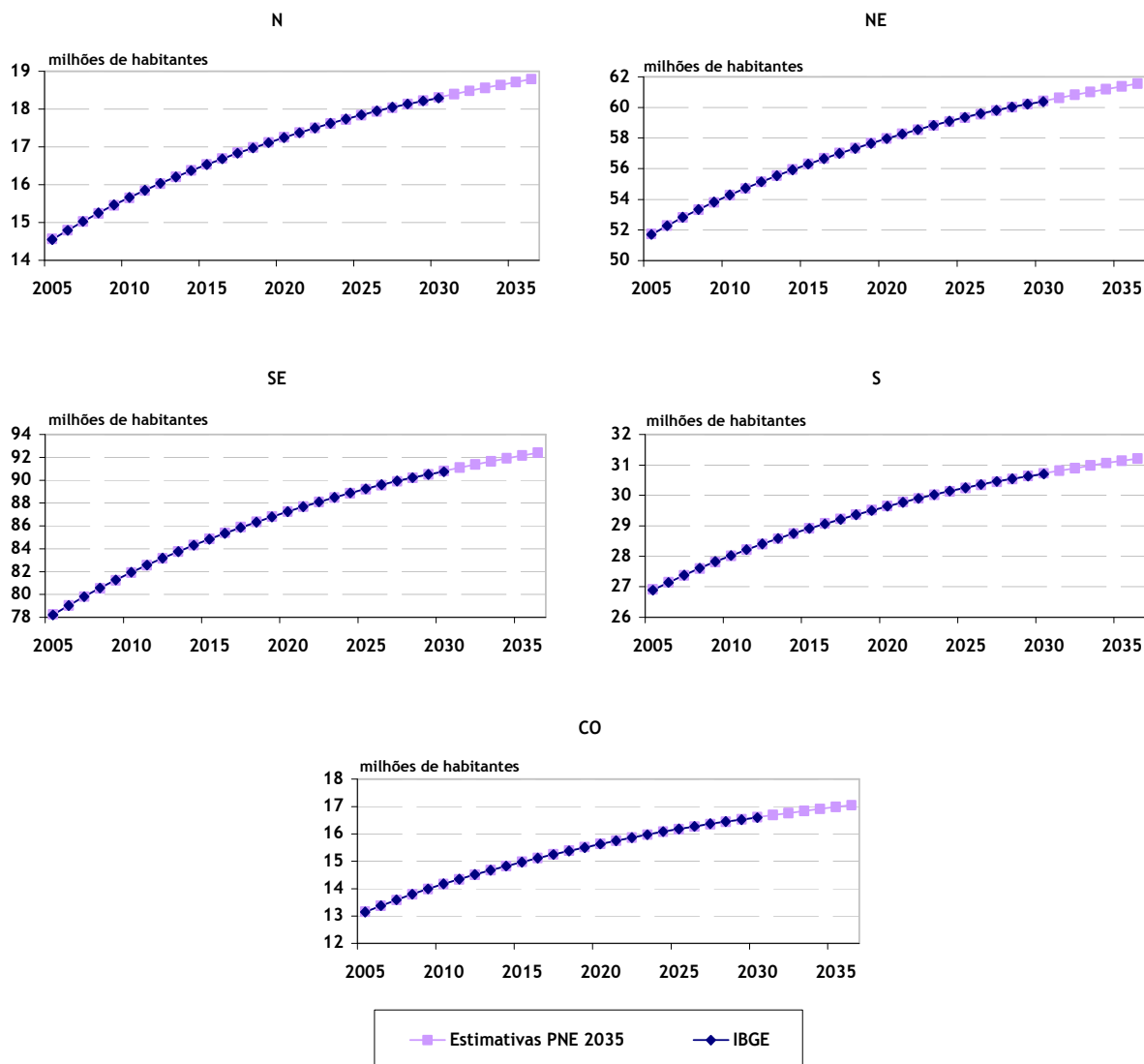
O primeiro passo para a regionalização das projeções populacionais consistiu na extensão das projeções do IBGE por região geográfica no período de 2005 a 2030, feita por aproximação polinomial de terceiro grau.⁹ Para os dados da região Sudeste, o cálculo foi realizado pela diferença entre os dados divulgados para o Brasil e as somas das estimativas feitas para as demais regiões.

No Gráfico 11 podemos observar o bom ajuste das equações às estimativas do IBGE e as projeções da EPE, já na data de 31 de dezembro dos respectivos anos.

Os resultados da projeção da população total residente desagregada por região geográfica são apresentados na Tabela 6.

⁹ Os resultados econométricos dos ajustes por região são apresentados no apêndice.

Gráfico 11 - Comparação entre as projeções e estimativas regionalizadas.



Fonte: Elaboração própria e IBGE.

Tabela 6 - Brasil e Regiões. Projeção da população total*

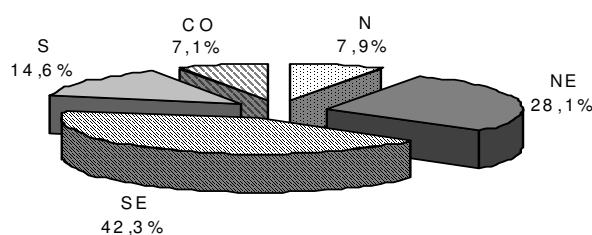
Região	Unidade	População em 31 de dezembro			
		2005	2015	2025	2035
Norte	mil hab.	14.562	16.535	17.833	18.714
	Δ% (a.a.)	-	1,11	0,66	0,44
Nordeste	mil hab.	51.745	56.317	59.323	61.365
	Δ% (a.a.)	-	0,75	0,46	0,31
Sudeste	mil hab.	78.092	84.800	89.322	90.559
	Δ% (a.a.)	-	0,67	0,48	-0,02
Sul	mil hab.	26.907	28.918	30.240	31.139
	Δ% (a.a.)	-	0,64	0,40	0,27
Centro-Oeste	mil hab.	13.162	14.976	16.169	16.979
	Δ% (a.a.)	-	1,12	0,67	0,44
Brasil	mil hab.	184.470	201.549	212.888	218.757
	Δ% (a.a.)	-	0,76	0,49	0,19

Fonte: Elaboração própria a partir de dados básicos do IBGE (2008)

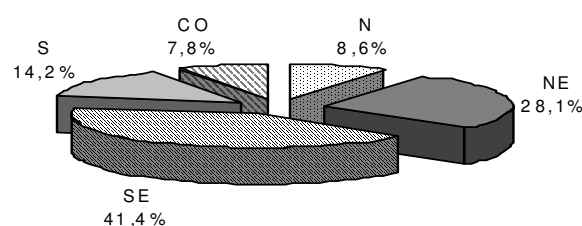
A essas taxas de crescimento regionais corresponde uma evolução da repartição regional da população entre 2005 e 2035 conforme apresentada o Gráfico 12, a seguir.

Gráfico 12 - Brasil. Distribuição espacial da população total por região, 2005 e 2035.

2005



2035



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados básicos do IBGE.

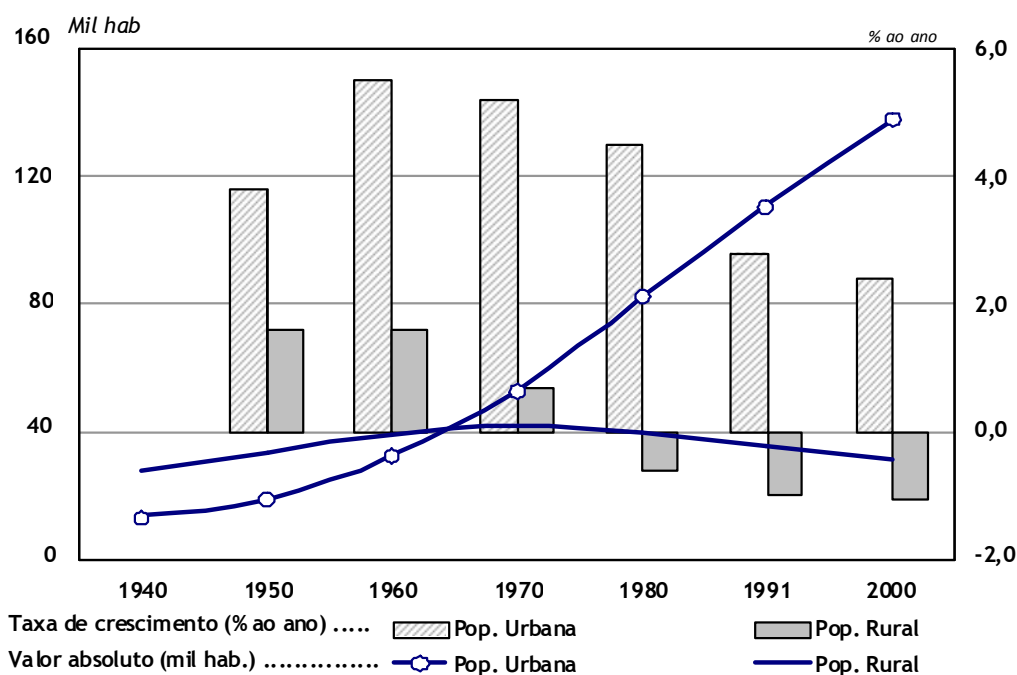
Fica claro que as regiões Norte e Centro-Oeste ganham maior participação ao longo de 30 anos em detrimento das regiões Sul e Sudeste, mantendo a tendência histórica dos últimos anos. A região Nordeste mantém a mesma fatia relativa na população total residente.

3.2 Grau de Urbanização

Uma importante transformação que se operou no Brasil foi a urbanização, processo que se acelerou a partir dos anos 1940, principalmente, e que relativamente perdeu força, ou melhor, se modificou, a partir dos anos 1980.

Como efeito, conforme indicado no Gráfico 13, construído a partir dos dados censitários, as taxas de crescimento da população urbana¹⁰ cresceram entre 1940 e 1960 e permaneceram muito elevadas até 1980, decrescendo a partir de então. Já as taxas de crescimento da população rural foram sempre muito inferiores, passando mesmo a ser negativas a partir dos anos 1980. Com isso, os dois últimos censos indicaram uma população urbana menor que os censos imediatamente anteriores. A população rural apurada no Censo 2000 é mesmo inferior à apurada no Censo 1950.

Gráfico 13 - Brasil. Evolução da população urbana e rural, 1940-2000.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados censitários

¹⁰ Considera-se, aqui, população urbana aquela residente em domicílios urbanos. Segundo a localização do domicílio, sua situação pode ser urbana ou rural, definida por lei municipal. A **situação urbana** engloba as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), vilas e sedes distritais ou às áreas urbanas isoladas. A **situação rural** abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados, os núcleos e outros aglomerados.

Medida o grau de urbanização como a razão entre a população urbana e a população total, pode-se afirmar que o processo de urbanização brasileiro continua neste início do século XXI. Contudo, é importante registrar, até porque isto traz consequências significativas sobre o consumo futuro da energia, que houve uma mudança significativa no padrão de urbanização a partir de 1980, de acordo com MARTINE, 1994. “Por um lado, a migração rural-urbana e inter-regional apresentou declínio relevante. Por outro, observou-se uma redução significativa do ímpeto da concentração em cidades grandes e cada vez maiores, especialmente no Sudeste. As áreas rurais e localidades pequenas apresentaram um crescimento acima do esperado” (Martine, 1994). Isto é, pode-se dizer que o processo de “metropolização”, que caracterizou a urbanização brasileira entre 1940 e 1980, deu lugar a outro, de urbanização ainda, mas em que a concentração privilegia cidades de menor porte.

A urbanização tem produzido alterações nos padrões de consumo de energia. Portanto, a estimativa do grau de urbanização é parâmetro relevante para os estudos de planejamento energético, sobretudo dentro de uma perspectiva de longo prazo, em que modificações como as observadas a partir dos dados dos últimos censos crescem de importância.

Resultados

O tratamento simplificado do problema obriga, conforme anteriormente referido, a definição prévia do limite de saturação do grau de urbanização (parâmetro κ). Em razão das diversidades regionais expressivas no país, optou-se aqui por atribuir, para este parâmetro, um valor diferente para cada uma das grandes regiões do país. O grau de urbanização em nível nacional foi obtido por composição dos resultados apurados em cada região.

Análise de sensibilidade, em que se utilizou o critério de um parâmetro de saturação que não impusesse restrições à trajetória da curva logística no horizonte de interesse (até 2040), levou ao estabelecimento da seguinte evolução do grau de urbanização por quinquênio conforme apresentado na Tabela 7 (inclusive o parâmetro K considerado para cada região).

Tabela 7 - Brasil e grandes regiões. Projeções do grau de urbanização (%)

Ano	Região					Brasil
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
2005	71,7	71,6	91,8	83,7	89,0	83,2
2015	74,3	75,4	93,5	87,2	91,7	85,8
2025	75,9	77,7	94,6	89,1	93,0	87,4
2035	76,6	79,0	95,1	90,1	93,6	88,2
K	78,0	81,0	96,0	91,0	94,0	-

Fonte: Elaboração própria.

Ao aplicar a evolução do grau de urbanização estimado aos dados populacionais por região obtém-se a evolução da população regional por situação urbana ou rural, conforme apresentado nas Tabelas 8 e 9 a seguir.

Tabela 8 - Brasil e Regiões. Projeção da população urbana

Região	Unidade	População em 31 de dezembro			
		2005	2015	2025	2035
Norte	mil hab.	10.433	12.293	13.550	14.206
	Δ% (a.a.)	-	1,2	0,7	0,4
Nordeste	mil hab.	37.030	42.424	46.099	48.179
	Δ% (a.a.)	-	1,4	0,8	0,4
Sudeste	mil hab.	71.758	79.343	84.397	86.996
	Δ% (a.a.)	-	1,0	0,6	0,3
Sul	mil hab.	22.502	25.219	26.955	27.872
	Δ% (a.a.)	-	1,1	0,7	0,3
Centro-Oeste	mil hab.	11.705	13.732	15.045	15.768
	Δ% (a.a.)	-	1,6	0,9	0,5
Brasil	mil hab.	153.428	173.011	186.046	193.022
	Δ% (a.a.)	-	1,2	0,7	0,4

Fonte: Elaboração própria

Tabela 9 - Brasil e Regiões. Projeção da população rural

Região	Unidade	População em 31 de dezembro			
		2005	2015	2025	2035
Norte	mil hab.	4.112	4.236	4.296	4.344
	Δ% (a.a.)	-	0,3	0,1	0,1
Nordeste	mil hab.	14.674	13.877	13.254	12.789
	Δ% (a.a.)	-	-0,6	-0,5	-0,4
Sudeste	mil hab.	6.426	5.495	4.858	4.442
	Δ% (a.a.)	-	-1,6	-1,2	-0,9
Sul	mil hab.	4.388	3.692	3.299	3.076
	Δ% (a.a.)	-	-1,7	-1,1	-0,7
Centro-Oeste	mil hab.	1.442	1.238	1.136	1.084
	Δ% (a.a.)	-	-1,5	-0,9	-0,5
Brasil	mil hab.	31.043	28.538	26.843	25.736
	Δ% (a.a.)	-	-0,8	-0,6	-0,4

Fonte: Elaboração própria

3.3 Domicílios

De maneira geral, os domicílios brasileiros, segundo o Censo Demográfico 2000, podem ser caracterizados predominantemente como particulares permanentes (98,4%), do tipo casa (89,4%), e com uma média de 3,8 moradores por domicílio (3,7 na área urbana e 4,2 na área rural).

As condições de habitação, por sua vez, afetam de forma significativa a qualidade de vida da população e são medidos por meio de indicadores (tais como a existência de bens duráveis e o acesso a serviços públicos) relativos aos domicílios particulares permanentes.¹¹ Por exemplo, o grau de posse de equipamentos elétricos é relacionado com maior conforto e, não raro, corresponde à sensação de maior status social da família.

Especificamente em relação ao acesso à iluminação elétrica, o Brasil avançou de forma significativa em uma década: de 86,9% dos domicílios particulares permanentes em 1991 para 94,5% em 2000, segundo os censos respectivos. Adicionalmente, a Tabela 10 apresenta a evolução desse indicador por região geográfica.

Tabela 10 - Brasil e Regiões. Acesso à iluminação elétrica (%)

Região	Domicílios Particulares Permanentes	
	1991	2000
Norte	67,0	81,6
Nordeste	71,7	87,7
Sudeste	95,8	98,8
Sul	92,8	98,0
Centro-Oeste	87,0	95,8
Brasil	86,9	94,5

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Pode-se ver que a distribuição regional do serviço de iluminação elétrica era desigual ainda em 2000, apesar dos avanços de acesso especialmente verificados nas regiões Norte e Nordeste durante a década de 90.

Indicadores mais recentes obtidos na PNAD mostram que a tendência de evolução da década de 90 na direção de acesso universal dos domicílios particulares permanentes foi mantida, conforme Tabela 11.

¹¹ Ver glossário para definição mais precisa, além da conceituação de outras espécies de domicílio.

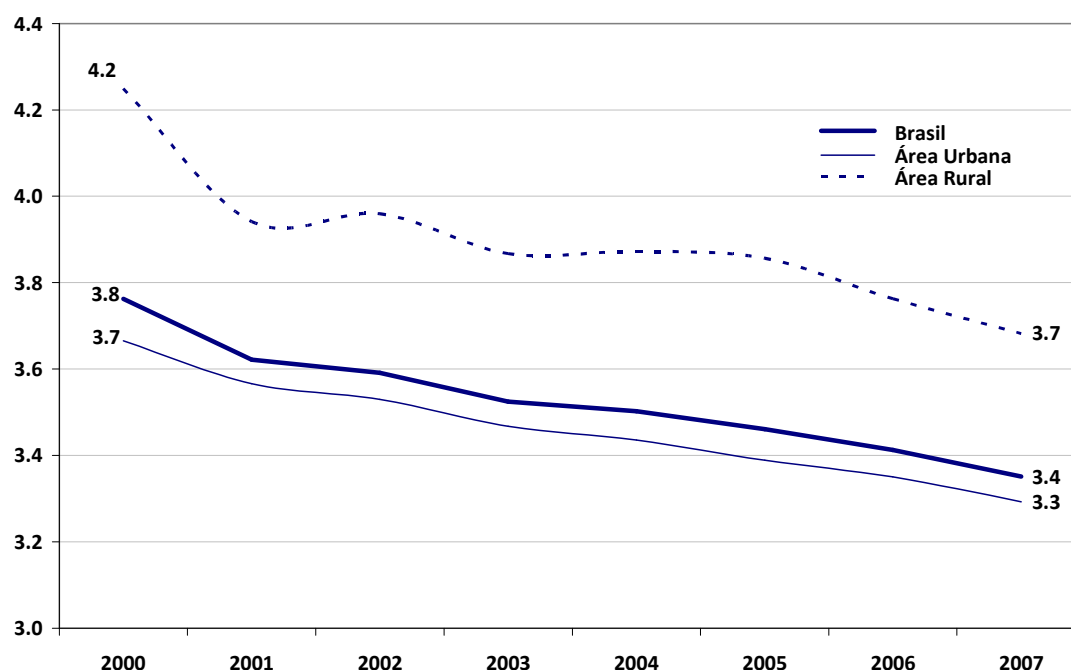
Tabela 11 - Brasil e Regiões. Acesso à iluminação elétrica (%)

Região	Domicílios Particulares Permanentes	
	2006	2007
Norte	92,0	94,1
Nordeste	94,7	95,7
Sudeste	99,6	99,8
Sul	99,3	99,4
Centro-Oeste	98,5	98,7
Brasil	97,7	98,2

Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais 2006-2007

As condições de habitação também são afetadas pelo número de moradores no domicílio. Estudos anteriores da EPE apontavam para uma tendência decrescente a partir de 1970 nesta relação e que continua sendo observada em pesquisas domiciliares mais recentes, como mostra o Gráfico 14.

Gráfico 14 - Brasil. Evolução do número de moradores por domicílio particular permanente, 2000 -2007.



Fonte: IBGE - PNAD

A tendência decrescente da relação do número de moradores por domicílio se deve especialmente à queda mais expressiva do crescimento populacional que, por sua vez, é reflexo especialmente, como visto, da queda da taxa de fecundidade total.

Entender as perspectivas de evolução dessa relação é fundamental já que, aplicada à evolução da população do IBGE, possibilita estimar o número total de domicílios, variável fundamental para a projeção do consumo residencial de energia.

Resultados

Estima-se o número de domicílios através do indicador habitante por domicílio, cuja evolução guarda correspondência com variáveis demográficas (como a taxa de fecundidade), mesmo que com certa defasagem.

Na Tabela 12 são apresentados os resultados das projeções do número total de domicílios particulares permanentes em nível de Brasil e regiões para o horizonte 2005-2035.

O Gráfico 15 mostra, por sua vez, a evolução da repartição regional dos domicílios.

Na Tabela 14 são apresentados os resultados das projeções do número de domicílios particulares permanentes, em nível de Brasil e regiões, para o horizonte 2005-2035.

A distribuição dos domicílios particulares permanentes por situação é apresentada na Tabela 14.

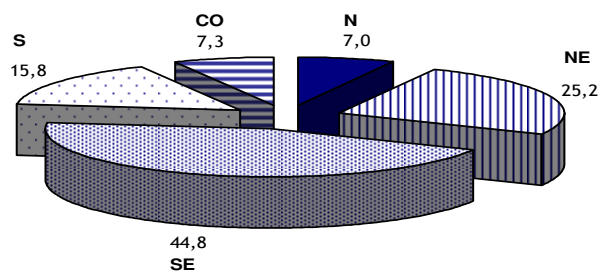
Tabela 12 - Brasil e Regiões. Número Total de Domicílios Particulares Permanentes

Região	Unidade	Domicílios em 31 de dezembro			
		2005	2015	2025	2035
Norte	mil	3.720	4.811	5.998	7.042
	Δ% (a.a.)	-	2,7	2,2	1,6
Nordeste	mil	13.464	17.002	20.524	24.212
	Δ% (a.a.)	-	2,4	1,9	1,7
Sudeste	mil	23.910	30.330	36.902	43.411
	Δ% (a.a.)	-	2,4	2,0	1,6
Sul	mil	8.431	10.769	13.189	15.692
	Δ% (a.a.)	-	2,5	2,0	1,8
Centro-Oeste	mil	3.881	5.175	6.369	7.402
	Δ% (a.a.)	-	2,9	2,1	1,5
Brasil	mil	53.405	68.118	82.981	97.758
	Δ% (a.a.)	-	2,5	2,0	1,7

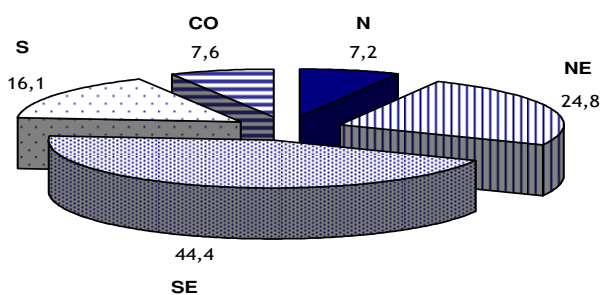
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 15 - Brasil. Repartição Regional dos domicílios particulares permanentes.

2005



2035



Fonte: Elaboração própria

Tabela 13 - Brasil e Regiões. Número Total de Domicílios Particulares Permanentes

Região	Domicílios em 31 de dezembro				
		2005	2015	2025	2035
Norte	mil	3.720	4.811	5.998	7.042
	$\Delta\%$ (a.a.)	-	2,7	2,2	1,6
Nordeste	mil	13.464	17.002	20.524	24.212
	$\Delta\%$ (a.a.)	-	2,4	1,9	1,7
Sudeste	mil	23.910	30.330	36.902	43.411
	$\Delta\%$ (a.a.)	-	2,4	2,0	1,6
Sul	mil	8.431	10.769	13.189	15.692
	$\Delta\%$ (a.a.)	-	2,5	2,0	1,8
Centro-Oeste	mil	3.881	5.175	6.369	7.402
	$\Delta\%$ (a.a.)	-	2,9	2,1	1,5
Brasil	mil	53.405	68.118	82.981	97.758
	$\Delta\%$ (a.a.)	-	2,5	2,0	1,7

Fonte: Elaboração própria

Tabela 14 - Brasil e Regiões. Proporção de Domicílios Particulares Permanentes Urbanos

Região	Domicílios em 31 de dezembro			
	2005	2015	2025	2035
Norte	75,8	78,7	79,8	80,0
Nordeste	73,2	76,5	78,7	80,0
Sudeste	92,6	94,0	95,0	95,5
Sul	83,4	86,8	88,8	89,8
Centro-Oeste	86,0	89,1	90,7	91,4
Brasil	84,6	87,0	88,5	89,3

Fonte: Elaboração própria

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco para o adequado alinhamento de páginas na impressão com a opção frente e verso - "*double sided*")

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, J. E. D., *As características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2002*. Textos para discussão, número 10, Escola Nacional de Ciências Estatísticas 2004.
- _____. *População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica?*
- _____. *Estrutura etária e bônus demográfico nos BRICs*. Disponível em <www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/estrutura_etaria_e_bonus_demografico_nos_brics.pdf>.
- _____. *Crescimento econômico, estrutura etária e dividendo demográfico: avaliando a interação com dados em painel*. 2008. Disponível em <www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1447.pdf>
- _____. *As transições demográficas, as mudanças na estrutura etária e o bônus demográfico no Brasil*. Apresentação em power-point. Disponível em <<http://www.braudel.org.br/eventos/seminários/2008/0506>>. Acesso em dezembro de 2008.
- BLOOM, D. E.; CANNING, D. *Global Demographic Change: Dimensions And Economic Significance*. Harvard School of Public Health. Working Paper N°. 1 April 2005. Disponível em <<http://www.globalhealth.harvard.edu/WorkingPapers.aspx>>.
- _____. *Demographic transitions and economic miracles in emerging Asia*. Disponível em <www.nber.org/papers/w6268>
- BRITO, F. *A transição demográfica no contexto internacional*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007. 29p. (Texto para discussão; 317)
- _____. *A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007. 28p. (Texto para discussão; 318)
- CARVALHO, J. A. M. *Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. 18 p. (Texto para discussão ; 227).
- _____. *Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil*. Texto para discussão n. 227. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, 2004
- CARVALHO, J.A.M e Campos, M.B. *O saldo migratório no Brasil na década de 1990*. In: V Encontro Nacional sobre Migrações. Campinas: Anais, 2007
- CARVALHO, J.A.M e Fernandez, R.E. *A evolução da fecundidade no Brasil, período 1957-1979*. Revista Brasileira de Estudos da População: 3(2), p 67-86. Campinas: ABEP, 1986
- CARVALHO, J.A.M. e Garcia, R.A. *O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico*. Cadernos de Saúde Pública, 19(3). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
- COSTA, M. A. *Dinâmica Demográfica*. 2004.
- _____. *Urbanização*. 2004.

- EPE [Empresa de Pesquisa Energética]. *Projeção do Consumo Residencial de Energia Elétrica (2005-2016)*, Rio de Janeiro, junho de 2005.
- _____. *Projeção da População e Domicílios (2005-2016)*, Rio de Janeiro, março de 2005.
- FRIGOLETTO, E. M. *Perfil Demográfico atual do Brasil*. 2004.
- HAKKERT, R. apud ALVES, J.E.D, 2008. *The demographic bonus and population in active ages*. Research paper 7 in Project RLA5P201. Brasília: IPEA/UNFPA, 2007.
- HESS, Dora R., SOUZA, Sonia B. *O novo retrato populacional do Brasil*. In: Revista Tempo e Presença. Rio de Janeiro: CEDI 1994. P. 5-8.
- IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. *Estimativas Populacionais do Brasil, Regiões Geográficas, Unidades da Federação e Municípios*. Metodologia Completa. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Rio de Janeiro: IBGE, agosto de 2002.
- _____. *Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o período 1980-2050 - Revisão 2004 - Metodologia e Resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, outubro 2004.
- _____. *Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 1980-2050 - Revisão 2008 - Metodologia e Resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, novembro 2008.
- _____. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*, v. 7, Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- _____. *Tendências Demográficas: Uma Análise dos Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000*, Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- _____. *Tendências Demográficas: Uma Análise dos Resultados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000*. Série Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica nº 6. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar 1999-2004*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- _____. *Projeção da População do Brasil por sexo e Idade para o Período 1980 - 2050. Revisão 2004*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- _____. *Metodologia das Estimativas das Populações Residentes nos Municípios Brasileiros para 1º de julho de 2008*. Rio de Janeiro: IBGE, agosto de 2008.
- KELLEY, Allen C. *Economic Consequences of Population Change in the Third World*. Journal of Economic Literature, Vol. 26, No. 4. (Dec., 1988), pp. 1685-1728.
- LEE, R. e Mason, A. *What is the demographic dividend?* In: Finance and Development, 43 (3). Washington, DC: IMF, 2006.
- LEETE, R. e Schoch, M. *Satisfying unmet need as the route to sustainable development*. In: *Population and poverty - Achieving equity, equality and sustainability* (cap. 1). Série Population and Development Strategies (PDS), n. 8. Nova York: UNFPA, 2003.
- LEVY, M.S.F. *O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)*. Rev. Saúde Pública, 8(suppl.0). São Paulo: FSP/USP, 1974.

- MARTINE, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Texto para discussão n. 329. Brasília: IPEA, 1994.
- MASON, A. *Capitalizing on the demographic dividend*. In: *Population and poverty - Achieving equity, equality and sustainability* (cap. 2). Série Population and Development Strategies (PDS), n. 8. Nova York: UNFPA, 2003.
- MASON, Andrew. *Demographic dividend and prospects for Economic development in china*. University of Hawaii. July 25, 2005. Disponível em <<http://www2.hawaii.edu/~amason/Research/research.htm>>.
- _____. *Population Aging in China: Challenges, Opportunities, and Institutions*
- MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. *Dinâmica Demográfica e Desenvolvimento no Brasil*. Caicó, RN: UFRN-CERES, Campus de Caicó, 2004.
- ONU [Organização das Nações Unidas]. *World Population Prospects. The 2006 Revision*. Population Database. Disponível em <<http://www.esa.un.org/unpp>>. Acesso em dezembro de 2008.
- _____. *Periodical on Ageing 84*. New York: UN, 1985
- RAMOS, L.R.; Veras, R.P. e Kalache, A. *Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira*. Rev. Saúde Pública, 21(3). São Paulo: FSP/USP, 1987.
- Turra, Cássio Maldonado. *Contabilidade das Gerações: Riqueza, Sistemas de Transferências e Conseqüências de Mudanças no Padrão Demográfico Brasileiro*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2000.
- University of Califórnia. *The Demographic Dividend and Poverty Reduction*. University of Hawaii. New York, November 2004. Disponível em <<http://www2.hawaii.edu/~amason/Research/research.htm>>.
- _____. *Economic Demography*. May 28, 2003. Disponível em <<http://www2.hawaii.edu/~amason/Research/research.htm>>.
- _____. *Demographic Dividends: The Past, the Present, and the Future*. Department of Economics. University of Hawaii. November 12, 2005. Disponível em <<http://www2.hawaii.edu/~amason/Research/research.htm>>.
- WONG, L.L.R. *A projeção da fecundidade - um exercício aplicado no Brasil para o período 1991-2020*. Monografia produzida no âmbito do Programa Pronex/Cedeplar Dinâmica demográfica, desenvolvimento regional e políticas públicas - módulo de projeções. Disponível em <<http://abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/todos>>. Acesso em dezembro de 2008.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco para o adequado alinhamento de páginas na impressão com a opção frente e verso - “*double sided*”)

GLOSSÁRIO

Bônus demográfico. Fenômeno que ocorre em um período de tempo no qual a estrutura etária da população apresenta menores razões de dependência e maiores percentuais de população em idade economicamente ativa, possibilitando que as condições demográficas atuem no sentido de incrementar o crescimento econômico e a melhoria das condições sociais dos cidadãos do país.

Coorte. Conjunto de indivíduos que estão experimentando um acontecimento similar no transcurso de um mesmo período de tempo.

Crescimento zero. O mesmo que *população estacionária*.

Densidade demográfica. Representa a razão entre a população residente total e a área do local correspondente, expressa em hab/km²;

Dependente demográfico. Diz-se do contingente populacional composto por crianças e jovens (idade entre 0 e 14 anos) e idosos (idade igual ou superior a 65 anos).

Distribuição espacial. trata das áreas nas quais se localiza a população, indicando aquelas que são mais populosas. Ao desagregar a população em duas categorias, uma composta pelas pessoas que nasceram numa determinada área e continuam morando nela e outra que inclui aqueles indivíduos que tenham nascido numa região mas residem em outra, pode-se analisar as informações sobre os locais de nascimento e de residência atual das pessoas;

Domicílio coletivo. É aquele em que a relação entre as pessoas que nele habitam é restrita a normas de subordinação administrativa, como em hotéis, pensões, presídios, cadeias, penitenciárias, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas (com internação), alojamento de trabalhadores, etc.

Domicílio particular. É aquele no qual o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. O domicílio particular pode ser permanente ou improvisado.

Domicílio particular improvisado. É o domicílio não destinado exclusivamente à moradia, tal como lojas, indústrias, salas comerciais e domicílios informais como barracas, carroças, grutas, etc.

Domicílio particular permanente. É aquele localizado em casa, apartamento ou cômodo destinado à moradia. Podem estar ocupados ou não ocupados.

Domicílio particular permanente não ocupado. É aquele que, na data do recolhimento de dados (censo, por exemplo) não tinha residentes fixos. Subdividem-se em fechados, vagos e de uso ocasional.

Domicílio particular permanente não ocupado de uso ocasional. É aquele que, na data de referência, servia ocasionalmente de moradia, ou seja, era usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, naquela data, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes.

Domicílio particular permanente não ocupado fechado. É aquele cujos moradores estavam temporariamente ausentes durante todo o período da coleta de dados.

Domicílio particular permanente não ocupado vago. É o domicílio que não tinha morador na data de referência, mesmo que, posteriormente, durante o período da coleta, estivesse ocupado.

Domicílio particular permanente ocupado. É o que serve de residência principal de uma família ou indivíduo.

Domicílio rural. Domicílio situado fora da área classificada como urbana.

Domicílio urbano. Domicílio situado em áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas, conforme definido em lei municipal.

Esperança de vida. Número médio de anos que um indivíduo de idade “x” esperaria viver a partir desta idade, se estivesse sujeito a uma lei de mortalidade observada. Quando “x = 0”, diz-se *esperança de vida ao nascer*.

Esperança de vida ao nascer. Ver *esperança de vida*.

Estimativas de população: segundo o tamanho e composição para diversas datas do passado, presente ou futuro, podem ser obtidas mediante vários procedimentos, inclusive alguns dos que se usam para as projeções de população.

Estimativas demográficas: são designadas as estimativas de população e de algumas de suas características, tais como a fecundidade, a mortalidade, a migração, etc. Quando esta estimativa corresponde a uma data compreendida entre dois censos recebe o nome de estimativa intercensitária.

Estimativa poscensitária: é a que leva em conta os resultados de um censo recente (DICCIONARIO DEMOGRAFICO MULTILINGÜE, 1985).

Estrutura etária. É a distribuição da população por idades. As faixas etárias e os respectivos intervalos de idades mais utilizados são os seguintes: Jovens: 0 a 14 anos ou 0 a 19 anos; Adultos: 15 a 59 anos ou 20 a 59 anos; Idosos: 60 anos ou mais.

Expectativa de vida. Ver *esperança de vida*.

Expectativa de vida ao nascer. Ver *esperança de vida ao nascer*.

Grau de urbanização. Ver *taxa de urbanização*.

Índice de envelhecimento - É o resultado da razão entre a população de 65 anos ou mais e a população de 0 a 14 anos de idade. Mede o número de pessoas idosas em uma população, para cada grupo de 100 pessoas jovens.

População ausente. Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, no período do levantamento de dados, estavam ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação à data de colhimento dos dados.

População economicamente ativa. Diz-se do contingente populacional em que as pessoas têm entre 15 e 64 anos. Somado à população de *dependentes demográficos* constitui a *população total*.

População estacionária. Diz-se do contingente populacional durante um determinado período de tempo em que, em número, se mantém constante ou praticamente constante.

População presente. Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, no período do levantamento de dados, estavam presentes.

População recenseada. É constituída pelas pessoas que têm o domicílio como local de residência habitual e se encontram presentes na data de referência, mais as pessoas que têm o domicílio como local de residência habitual e que, na data de referência, estavam ausentes e também as pessoas que não têm residência fixa no domicílio, mas ali haviam passado a data de referência (não-morador presente). Ou seja, não inclui as pessoas que se encontram em embaixadas, consulados e legações, ou pessoas residentes em domicílios coletivos de estabelecimentos institucionais, tais como militares em caserna ou dependências de instalações militares, presos em penitenciárias, internos em escolas, orfanatos, asilos, hospitais e etc., assim como religiosos em conventos ou mosteiros.

População residente. É composta pelos moradores que têm o domicílio como local de residência habitual e se encontram presentes e/ou ausentes.

População rural. População residente em *domicílio rural*.

População total. Ver *população residente*.

População total residente. Ver *população residente*.

População urbana. População residente em *domicílios urbanos*.

Projeção retrospectiva ou retroprojeção: quando se pode calcular a população para o passado. Neste caso, somente a mortalidade é aplicada sobre a população base e, dependendo das necessidades específicas, a migração também entra no cálculo.

Razão de dependência: Razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

Saldo migratório. Balanço entre as entradas em uma região e saídas para seu exterior de pessoas com o propósito de fixar residência. Quando se trata de um país, diz-se *saldo migratório internacional*.

Saldo migratório internacional. Ver *saldo migratório*.

Taxa bruta de mortalidade - Representa a freqüência com que ocorrem os óbitos em uma determinada população. É o quociente entre os óbitos ocorridos em um determinado ano e a população ao meio do ano, vezes 1.000.

Taxa bruta de natalidade - Representa a freqüência com que ocorrem os nascimentos em uma determinada população. É o quociente entre os nascidos vivos ocorridos em um determinado ano e a população ao meio do ano, vezes 1.000.

Taxa de envelhecimento da população. Ver *envelhecimento da população*.

Taxa de fecundidade. Representa o número médio de filhos que se espera que nasça por mulher em período fecundo.

Taxa de fecundidade total. Número de filhos que, em média, teria uma mulher, pertencente a uma coorte hipotética de mulheres, que durante sua vida fértil tiveram seus filhos de acordo com as taxas de fecundidade por idade do período em estudo e não estiveram expostas aos riscos de mortalidade desde o nascimento até o término do período fértil (IBGE, 2008)

Taxa de mortalidade. Relação entre o número de mortos e o total de habitantes do país em determinado período;

Taxa de natalidade. Relação entre nascidos vivos e o total da população, num determinado período;

Taxa de urbanização. É a relação entre a população urbana e a população total.

Taxa de mortalidade infantil - A taxa de mortalidade infantil é definida como o número de óbitos de menores de um ano de idade (por mil nascidos vivos), em determinada área geográfica e período, e interpreta-se como a estimativa do risco de um nascido vivo morrer durante o seu primeiro ano de vida. Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde, de condições de vida e de desenvolvimento sócio-econômico. As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em altas (50% ou mais), médias (20% - 49%) e baixas (menos de 20%), em função da proximidade ou distância dos valores já alcançados pelas sociedades mais desenvolvidas ao longo do tempo. No entanto, mesmo quando as taxas de mortalidade infantil são baixas no conjunto, podem ser verificadas pronunciadas variações entre distintos segmentos da população.

Transição demográfica. Processo em que se reduz o peso relativo da população jovem e aumenta o dos idosos, e, também, cresce a população em idade ativa ou a PEA.

Urbanização. Ver *taxa de urbanização*.

ANEXO A METODOLOGIAS DE PROJEÇÃO

Metodologia - Regionalização

Para a repartição da população projetada pelo IBGE por regiões geográficas, adotaram-se os dados divulgados por essa instituição até o ano de 2030. Para os anos seguintes, até 2035, foi feita uma aproximação através do uso de uma equação de polinômio de 3° grau para cada conjunto de estimativas regionais do IBGE para o período de 2005 a 2030. As respectivas equações estimadas e os principais resultados econométricos são apresentados na Tabela 15.

Tabela 15 - Estimativas para regionalização da população.

Região	Especificação e Estatísticas					
	$POP_{região} = at^3 + bt^2 + ct + d$					
N	$POP_N = 43,39t^3 + (-4.812,32)t^2 + 249.289,81t + 14.318.325,97$					
	R ²	0,999919	Obs.	26	Desvio-padrão	10.928
	R ² ajustado	0,999908	SSR	3,24 x 10 ¹³		
			SER	2,62 x 10 ⁹		
NE	$POP_{NE} = 100,5t^3 + (-11.149,39)t^2 + 577.655,88t + 51.178.583,79$					
	R ²	0,999919	Obs.	26	Desvio-padrão	25.321
	R ² ajustado	0,999908	SSR	1,74 x 10 ¹⁴		
			SER	1,41 x 10 ¹⁰		
S	$POP_S = 44,21t^3 + (-4.904,6)t^2 + 254.120,87t + 26.657.801,1$					
	R ²	0,999919	Obs.	26	Desvio-padrão	11.139
	R ² ajustado	0,999908	SSR	3,36 x 10 ¹³		
			SER	2,73 x 10 ⁹		
CO	$POP_{CO} = 39,89t^3 + (-4.424,32)t^2 + 229.187,65t + 12.938.056,57$					
	R ²	0,999919	Obs.	26	Desvio-padrão	10.047
	R ² ajustado	0,999908	SSR	2,74 x 10 ¹³		
			SER	2,22 x 10 ⁹		

Nota: X = 1 para 2005, X = 2 para 2006, (...), X = 31 para 2035.

Fonte: Elaboração própria.

Para os dados da região Sudeste, o cálculo foi realizado pela diferença entre os dados divulgados para o Brasil e as somas das estimativas feitas para as demais regiões.

Metodologia - Grau de Urbanização

Para projetar o grau de urbanização (relação entre a população urbana e a população total), atendendo ao comportamento esperado deste indicador, ajustou-se uma curva logística aos dados históricos correspondentes aos anos censitários: 1970, 1980, 1991 e 2000. Admite-se, ainda, que o grau de urbanização deverá atingir limites de saturação em níveis e períodos diferentes para cada região do país.

Foi utilizado o seguinte tipo de curva logística:

$$U(t) = \frac{K}{1 + Ce^{r(t-t_0)}}, \text{ onde}$$

$U(t)$ = Grau de urbanização no instante t

$t_0 = 1970$

K, C, r são constantes ($r < 0$)

O ajustamento da logística envolve a estimativa de três parâmetros (K, C, r) e a utilização de métodos de estimação não lineares. No entanto, é frequente proceder-se a uma simplificação que consiste em definir, de forma exógena, a constante K , que representa o limite de saturação de $U(t)$ quando $t \rightarrow \infty$, restando, então, dois parâmetros a estimar (C, r). Nesta hipótese, a curva logística pode ser linearizada, através de uma mudança de variáveis.

De fato, a equação da logística pode reescrever-se na seguinte forma:

$$\frac{K}{U(t)} - 1 = Ce^{r(t-t_0)} \text{ ou}$$

$$\ln\left(\frac{K}{U(t)} - 1\right) = \ln(C) + r(t - t_0)$$

Através da mudança de variáveis:

$$T = t - t_0$$

$$U^* = \ln\left(\frac{K}{U(t)} - 1\right)$$

$$B_0 = \ln(C)$$

$$B_1 = r$$

A equação da logística é transformada na seguinte equação de uma reta:

$$U^* = B_0 + B_1 T$$

Após esta transformação, o problema do ajustamento da curva logística reduz-se ao ajustamento da reta aos pontos históricos considerados.

Este tratamento simplificado do problema obriga, conforme se mencionou, à definição prévia dos limites de saturação do grau de urbanização para as diferentes regiões do país (isto é, o

parâmetro K). Nesse sentido, foram simulados diferentes valores e feita uma análise de sensibilidade para a seleção dos níveis de saturação.

Metodologia - Projeção de Domicílios

Dado que o número de habitantes por domicílio é uma variável que deverá, também, atingir algum nível de saturação, seguiu-se, para projetar este indicador, uma abordagem semelhante à utilizada para o grau de urbanização. Porém, enquanto o grau de urbanização apresenta uma tendência crescente no tempo, saturando em um determinado limite superior, o número de habitantes por domicílio é uma função decrescente no tempo, tendendo para determinado limite inferior de saturação.

Nessas condições, o inverso do número de habitantes por domicílio, isto é, a relação entre número de domicílios e população, deverá apresentar um comportamento semelhante ao do grau de urbanização e saturar em determinado limite superior.

Dessa forma, fixaram-se níveis de saturação para a relação “número de habitantes/domicílio”, por região, e utilizou-se a mesma modelagem usada para o grau de urbanização, através do ajuste de uma curva logística, para projetar a relação “número de domicílios/população” com base no histórico destas variáveis correspondente aos quatro anos censitários: 1970, 1980, 1991 e 2000.

Na Tabela 16 são apresentadas, para o Brasil e regiões, as projeções para a relação habitantes/domicílio, utilizadas para a projeção do número de domicílios particulares permanentes.

Tabela 16 - Brasil e Regiões. Relação Habitantes/Domicílio por Situação do Domicílio

Região	Situação	2005	2015	2025	2035
Norte	Urbana	3,6	3,2	2,8	2,5
	Rural	4,4	4,1	3,5	3,1
Nordeste	Urbana	3,7	3,2	2,8	2,5
	Rural	4,0	3,4	3,0	2,6
Sudeste	Urbana	3,2	2,7	2,4	2,1
	Rural	3,7	3,0	2,6	2,3
Sul	Urbana	3,2	2,7	2,3	2,0
	Rural	3,1	2,6	2,2	1,9
Centro-Oeste	Urbana	3,5	2,9	2,6	2,3
	Rural	2,6	2,2	1,9	1,7
Brasil	Urbana	3,4	3,3	3,3	3,2
	Rural	3,7	3,6	3,6	3,5

Fonte: Elaboração própria

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco para o adequado alinhamento de páginas na impressão com a opção frente e verso - “*double sided*”)

ANEXO B. BRASIL E GRANDES REGIÕES.

PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E DO NÚMERO DE DOMICÍLIOS

I - BRASIL. Projeção da população residente e do número de domicílios particulares permanentes (em 31 de dezembro)

ANO	POPULAÇÃO						GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	DOMICÍLIOS						HAB/DOM		
	(mil)			Variação (%)				(mil)			Variação (%)			TOTAL	URBANOS	RURAI
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL		TOTAL	URBANOS	RURAI	TOTAL	URBANA	RURAL			
2005	184.470,5	153.427,9	31.042,6	-	-	-	83,17	53.404,9	45.195,9	8.209,0	-	-	-	3,40	3,34	3,72
2006	186.600,1	155.821,8	30.778,2	1,15	1,56	-0,85	83,51	54.966,6	46.568,9	8.397,8	2,92	3,04	2,30	3,34	3,29	3,61
2007	188.624,7	158.110,6	30.514,0	1,09	1,47	-0,86	83,82	56.443,7	47.994,8	8.448,9	2,69	3,06	0,61	3,29	3,24	3,55
2008	190.544,4	160.293,7	30.250,7	1,02	1,38	-0,86	84,12	57.915,5	49.416,6	8.498,9	2,61	2,96	0,59	3,24	3,19	3,50
2009	192.364,6	162.374,9	29.989,7	0,96	1,30	-0,86	84,41	59.382,1	50.833,8	8.548,3	2,53	2,87	0,58	3,19	3,14	3,45
2010	194.090,8	164.358,6	29.732,2	0,90	1,22	-0,86	84,68	60.843,9	52.246,4	8.597,4	2,46	2,78	0,57	3,14	3,10	3,40
2011	195.727,9	166.248,6	29.479,3	0,84	1,15	-0,85	84,94	62.301,2	53.654,7	8.646,5	2,40	2,70	0,57	3,09	3,05	3,35
2012	197.283,3	168.051,2	29.232,1	0,79	1,08	-0,84	85,18	63.755,5	55.059,3	8.696,1	2,33	2,62	0,57	3,04	3,00	3,31
2013	198.766,6	169.774,4	28.992,2	0,75	1,03	-0,82	85,41	65.208,4	56.461,7	8.746,6	2,28	2,55	0,58	3,00	2,96	3,26
2014	200.185,9	171.425,4	28.760,5	0,71	0,97	-0,80	85,63	66.661,8	57.863,3	8.798,5	2,23	2,48	0,59	2,95	2,92	3,22
2015	201.549,3	173.011,3	28.538,0	0,68	0,93	-0,77	85,84	68.117,7	59.265,6	8.852,1	2,18	2,42	0,61	2,91	2,87	3,17
2016	202.863,7	174.538,3	28.325,4	0,65	0,88	-0,74	86,04	69.577,6	60.669,8	8.907,8	2,14	2,37	0,63	2,87	2,83	3,13
2017	204.134,3	176.011,2	28.123,0	0,63	0,84	-0,71	86,22	71.042,8	62.077,1	8.965,8	2,11	2,32	0,65	2,83	2,79	3,09
2018	205.364,2	177.433,3	27.930,9	0,60	0,81	-0,68	86,40	72.514,2	63.487,9	9.026,2	2,07	2,27	0,67	2,79	2,75	3,04
2019	206.555,9	178.807,0	27.748,9	0,58	0,77	-0,65	86,57	73.992,1	64.902,8	9.089,3	2,04	2,23	0,70	2,75	2,71	3,00
2020	207.711,0	180.134,2	27.576,8	0,56	0,74	-0,62	86,72	75.477,0	66.321,9	9.155,1	2,01	2,19	0,72	2,71	2,67	2,96
2021	208.829,6	181.415,5	27.414,1	0,54	0,71	-0,59	86,87	76.968,5	67.745,0	9.223,5	1,98	2,15	0,75	2,67	2,64	2,92
2022	209.910,2	182.650,1	27.260,1	0,52	0,68	-0,56	87,01	78.466,2	69.171,6	9.294,6	1,95	2,11	0,77	2,63	2,60	2,89
2023	210.949,7	183.835,7	27.114,1	0,50	0,65	-0,54	87,15	79.968,6	70.600,5	9.368,1	1,91	2,07	0,79	2,60	2,56	2,85
2024	211.944,1	184.969,0	26.975,1	0,47	0,62	-0,51	87,27	81.474,2	72.030,1	9.444,1	1,88	2,02	0,81	2,56	2,53	2,81
2025	212.888,8	186.046,1	26.842,6	0,45	0,58	-0,49	87,39	82.981,1	73.458,7	9.522,3	1,85	1,98	0,83	2,52	2,49	2,77
2026	213.778,5	187.063,0	26.715,5	0,42	0,55	-0,47	87,50	84.487,2	74.884,5	9.602,6	1,81	1,94	0,84	2,49	2,46	2,74
2027	214.608,8	188.016,1	26.592,7	0,39	0,51	-0,46	87,61	85.990,5	76.305,7	9.684,8	1,78	1,90	0,86	2,46	2,42	2,70
2028	215.376,0	188.902,3	26.473,7	0,36	0,47	-0,45	87,71	87.489,6	77.720,8	9.768,8	1,74	1,85	0,87	2,42	2,39	2,67
2029	216.076,5	189.718,6	26.357,9	0,33	0,43	-0,44	87,80	88.982,7	79.128,3	9.854,4	1,71	1,81	0,88	2,39	2,36	2,63
2030	216.707,3	190.462,9	26.244,4	0,29	0,39	-0,43	87,89	90.468,6	80.526,9	9.941,7	1,67	1,77	0,89	2,36	2,33	2,60
2031	217.265,4	191.131,5	26.133,9	0,26	0,35	-0,42	87,97	91.945,6	81.914,6	10.031,0	1,63	1,72	0,90	2,33	2,30	2,56
2032	217.749,3	191.721,4	26.027,9	0,22	0,31	-0,41	88,05	93.413,1	83.290,3	10.122,8	1,60	1,68	0,92	2,29	2,27	2,53
2033	218.159,0	192.232,0	25.927,0	0,19	0,27	-0,39	88,12	94.870,9	84.653,2	10.217,7	1,56	1,64	0,94	2,26	2,23	2,50
2034	218.495,0	192.665,0	25.830,1	0,15	0,23	-0,37	88,18	96.319,2	86.003,9	10.315,3	1,53	1,60	0,96	2,23	2,20	2,46
2035	218.757,8	193.022,0	25.735,8	0,12	0,19	-0,37	88,24	97.758,5	87.333,3	10.425,2	1,49	1,55	1,06	2,20	2,17	2,43

II - REGIÃO NORTE. Projeção da população residente e do número de domicílios particulares permanentes (em 31 de dezembro)

ANO	POPULAÇÃO						GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	DOMICÍLIOS						HAB/DOM		
	(mil)			Variação (%)				(mil)			Variação (%)			TOTAL	URBANOS	RURAI
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL		TOTAL	URBANOS	RURAI	TOTAL	URBANA	RURAL			
2005	14.545,3	10.433,1	4.112,2	-	-	-	71,73	3.719,6	2.817,7	901,9	-	-	-	3,85	3,64	4,49
2006	14.792,6	10.659,1	4.133,6	1,70	2,17	0,52	72,06	3.781,0	2.902,4	878,6	1,65	3,00	-2,58	3,85	3,61	4,63
2007	15.027,8	10.875,5	4.152,3	1,59	2,03	0,45	72,37	3.901,7	3.005,4	896,3	3,19	3,55	2,01	3,79	3,56	4,56
2008	15.250,8	11.082,2	4.168,6	1,48	1,90	0,39	72,67	4.021,6	3.107,9	913,7	3,07	3,41	1,95	3,73	3,51	4,49
2009	15.462,2	11.279,5	4.182,6	1,39	1,78	0,34	72,95	4.140,7	3.209,7	931,0	2,96	3,28	1,89	3,67	3,46	4,42
2010	15.662,7	11.467,9	4.194,7	1,30	1,67	0,29	73,22	4.258,9	3.310,9	948,0	2,86	3,15	1,84	3,62	3,41	4,35
2011	15.852,8	11.647,6	4.205,2	1,21	1,57	0,25	73,47	4.376,4	3.411,3	965,0	2,76	3,04	1,79	3,56	3,36	4,29
2012	16.033,4	11.819,2	4.214,2	1,14	1,47	0,21	73,72	4.493,2	3.511,2	981,9	2,67	2,93	1,75	3,51	3,31	4,22
2013	16.205,7	11.983,5	4.222,2	1,07	1,39	0,19	73,95	4.609,5	3.610,6	998,8	2,59	2,83	1,72	3,46	3,27	4,16
2014	16.370,5	12.141,2	4.229,3	1,02	1,32	0,17	74,16	4.725,4	3.709,6	1.015,8	2,52	2,74	1,70	3,41	3,22	4,10
2015	16.528,9	12.292,9	4.236,0	0,97	1,25	0,16	74,37	4.841,2	3.808,4	1.032,9	2,45	2,66	1,68	3,36	3,18	4,04
2016	16.681,5	12.439,2	4.242,3	0,92	1,19	0,15	74,57	4.957,0	3.906,9	1.050,0	2,39	2,59	1,66	3,31	3,13	3,98
2017	16.829,1	12.580,6	4.248,5	0,88	1,14	0,14	74,76	5.072,8	4.005,4	1.067,4	2,34	2,52	1,65	3,26	3,09	3,92
2018	16.971,9	12.717,4	4.254,5	0,85	1,09	0,14	74,93	5.188,7	4.103,8	1.085,0	2,29	2,46	1,65	3,22	3,05	3,86
2019	17.110,3	12.849,8	4.260,6	0,82	1,04	0,14	75,10	5.304,8	4.202,0	1.102,7	2,24	2,39	1,64	3,17	3,01	3,80
2020	17.244,5	12.977,9	4.266,6	0,78	1,00	0,14	75,26	5.420,9	4.300,2	1.120,7	2,19	2,34	1,63	3,13	2,97	3,75
2021	17.374,4	13.101,8	4.272,6	0,75	0,95	0,14	75,41	5.537,0	4.398,2	1.138,9	2,14	2,28	1,62	3,09	2,93	3,69
2022	17.499,9	13.221,3	4.278,6	0,72	0,91	0,14	75,55	5.653,1	4.495,8	1.157,2	2,10	2,22	1,61	3,05	2,89	3,64
2023	17.620,6	13.336,3	4.284,4	0,69	0,87	0,13	75,69	5.768,8	4.593,1	1.175,7	2,05	2,16	1,60	3,01	2,86	3,59
2024	17.736,1	13.446,0	4.290,1	0,66	0,82	0,13	75,81	5.883,9	4.689,5	1.194,3	2,00	2,10	1,59	2,97	2,82	3,53
2025	17.845,8	13.550,0	4.295,8	0,62	0,77	0,13	75,93	5.998,1	4.785,0	1.213,2	1,94	2,04	1,58	2,93	2,79	3,48
2026	17.949,2	13.647,6	4.301,5	0,58	0,72	0,13	76,03	6.111,2	4.879,1	1.232,1	1,89	1,97	1,56	2,89	2,75	3,44
2027	18.045,6	13.738,6	4.307,0	0,54	0,67	0,13	76,13	6.222,9	4.971,7	1.251,2	1,83	1,90	1,55	2,85	2,72	3,39
2028	18.134,7	13.822,3	4.312,4	0,49	0,61	0,12	76,22	6.332,8	5.062,4	1.270,3	1,77	1,82	1,53	2,82	2,69	3,34
2029	18.216,1	13.898,4	4.317,7	0,45	0,55	0,12	76,30	6.440,6	5.151,0	1.289,6	1,70	1,75	1,52	2,78	2,66	3,29
2030	18.289,3	13.966,5	4.322,8	0,40	0,49	0,12	76,36	6.546,3	5.237,3	1.308,9	1,64	1,68	1,50	2,75	2,62	3,25
2031	18.355,2	14.027,6	4.327,6	0,36	0,44	0,11	76,42	6.649,7	5.321,4	1.328,3	1,58	1,61	1,48	2,72	2,59	3,21
2032	18.413,9	14.081,6	4.332,3	0,32	0,39	0,11	76,47	6.751,0	5.403,3	1.347,7	1,52	1,54	1,46	2,68	2,56	3,16
2033	18.465,8	14.129,1	4.336,8	0,28	0,34	0,10	76,51	6.850,1	5.483,0	1.367,1	1,47	1,47	1,44	2,65	2,54	3,12
2034	18.511,3	14.170,5	4.340,8	0,25	0,29	0,09	76,55	6.947,0	5.560,6	1.386,4	1,42	1,42	1,41	2,62	2,51	3,08
2035	18.550,5	14.206,4	4.344,0	0,21	0,25	0,07	76,58	7.041,8	5.636,3	1.405,6	1,36	1,36	1,38	2,59	2,48	3,04

III - REGIÃO NORDESTE. Projeção da população residente e do número de domicílios particulares permanentes (em 31 de dezembro)

ANO	POPULAÇÃO						GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	DOMICÍLIOS						HAB/DOM		
	(mil)			Variação (%)				(mil)			Variação (%)			TOTAL	URBANOS	RURALS
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL		TOTAL	URBANOS	RURALS	TOTAL	URBANA	RURAL			
2005	51.704,5	37.030,1	14.674,4	-	-	-	71,62	13.463,7	9.853,5	3.610,2	-	-	-	3,78	3,70	4,00
2006	52.277,7	37.677,6	14.600,1	1,11	1,75	-0,51	72,07	13.908,7	10.208,6	3.700,1	3,31	3,60	2,49	3,70	3,63	3,88
2007	52.822,6	38.299,5	14.523,1	1,04	1,65	-0,53	72,51	14.258,0	10.522,4	3.735,6	2,51	3,07	0,96	3,65	3,58	3,83
2008	53.339,3	38.895,6	14.443,7	0,98	1,56	-0,55	72,92	14.605,4	10.835,0	3.770,3	2,44	2,97	0,93	3,59	3,53	3,77
2009	53.829,1	39.466,5	14.362,6	0,92	1,47	-0,56	73,32	14.950,9	11.146,5	3.804,3	2,37	2,87	0,90	3,54	3,48	3,71
2010	54.293,7	40.013,2	14.280,5	0,86	1,39	-0,57	73,70	15.294,7	11.456,9	3.837,8	2,30	2,78	0,88	3,49	3,44	3,66
2011	54.734,3	40.536,3	14.198,0	0,81	1,31	-0,58	74,06	15.637,1	11.766,2	3.870,9	2,24	2,70	0,86	3,44	3,39	3,61
2012	55.152,9	41.037,3	14.115,7	0,76	1,24	-0,58	74,41	15.978,4	12.074,7	3.903,8	2,18	2,62	0,85	3,40	3,34	3,56
2013	55.552,1	41.517,8	14.034,3	0,72	1,17	-0,58	74,74	16.319,3	12.382,7	3.936,6	2,13	2,55	0,84	3,35	3,30	3,51
2014	55.934,1	41.979,5	13.954,6	0,69	1,11	-0,57	75,05	16.660,2	12.690,6	3.969,7	2,09	2,49	0,84	3,30	3,26	3,46
2015	56.301,1	42.424,1	13.877,0	0,66	1,06	-0,56	75,35	17.001,8	12.998,7	4.003,1	2,05	2,43	0,84	3,26	3,21	3,41
2016	56.654,8	42.852,9	13.801,9	0,63	1,01	-0,54	75,64	17.344,6	13.307,5	4.037,1	2,02	2,38	0,85	3,21	3,17	3,36
2017	56.996,8	43.267,0	13.729,7	0,60	0,97	-0,52	75,91	17.688,9	13.617,2	4.071,7	1,99	2,33	0,86	3,17	3,13	3,32
2018	57.327,8	43.667,3	13.660,5	0,58	0,93	-0,50	76,17	18.035,2	13.928,1	4.107,1	1,96	2,28	0,87	3,13	3,09	3,27
2019	57.648,5	44.054,2	13.594,3	0,56	0,89	-0,48	76,42	18.383,6	14.240,3	4.143,3	1,93	2,24	0,88	3,09	3,04	3,23
2020	57.959,4	44.428,2	13.531,2	0,54	0,85	-0,46	76,65	18.734,4	14.554,0	4.180,4	1,91	2,20	0,90	3,04	3,00	3,19
2021	58.260,4	44.789,4	13.471,0	0,52	0,81	-0,44	76,88	19.087,7	14.869,3	4.218,4	1,89	2,17	0,91	3,00	2,96	3,14
2022	58.551,3	45.137,7	13.413,5	0,50	0,78	-0,43	77,09	19.443,4	15.186,1	4.257,4	1,86	2,13	0,92	2,96	2,92	3,10
2023	58.831,1	45.472,6	13.358,5	0,48	0,74	-0,41	77,29	19.801,5	15.504,3	4.297,2	1,84	2,10	0,94	2,92	2,89	3,06
2024	59.098,7	45.793,2	13.305,5	0,45	0,71	-0,40	77,49	20.161,6	15.823,7	4.337,9	1,82	2,06	0,95	2,88	2,85	3,02
2025	59.352,9	46.098,8	13.254,1	0,43	0,67	-0,39	77,67	20.523,6	16.144,2	4.379,4	1,80	2,03	0,96	2,85	2,81	2,98
2026	59.592,4	46.388,4	13.204,0	0,40	0,63	-0,38	77,84	20.887,0	16.465,4	4.421,6	1,77	1,99	0,96	2,81	2,77	2,94
2027	59.815,9	46.661,1	13.154,8	0,37	0,59	-0,37	78,01	21.251,6	16.787,1	4.464,5	1,75	1,95	0,97	2,77	2,74	2,90
2028	60.022,3	46.916,2	13.106,1	0,35	0,55	-0,37	78,16	21.617,2	17.109,3	4.508,0	1,72	1,92	0,97	2,73	2,70	2,86
2029	60.210,9	47.153,2	13.057,6	0,31	0,51	-0,37	78,31	21.983,7	17.431,6	4.552,1	1,70	1,88	0,98	2,70	2,66	2,82
2030	60.380,6	47.371,5	13.009,1	0,28	0,46	-0,37	78,45	22.350,8	17.754,0	4.596,8	1,67	1,85	0,98	2,66	2,63	2,78
2031	60.531,6	47.570,5	12.961,1	0,25	0,42	-0,37	78,59	22.718,8	18.076,5	4.642,4	1,65	1,82	0,99	2,62	2,59	2,75
2032	60.664,8	47.750,1	12.914,6	0,22	0,38	-0,36	78,71	23.088,3	18.399,0	4.689,3	1,63	1,78	1,01	2,59	2,55	2,71
2033	60.781,2	47.909,8	12.871,4	0,19	0,33	-0,33	78,82	23.459,8	18.721,8	4.738,0	1,61	1,75	1,04	2,55	2,52	2,67
2034	60.881,9	48.052,5	12.829,3	0,17	0,30	-0,33	78,93	23.834,1	19.045,8	4.788,3	1,60	1,73	1,06	2,51	2,48	2,64
2035	60.967,8	48.179,2	12.788,7	0,14	0,26	-0,32	79,02	24.211,8	19.367,7	4.844,1	1,58	1,69	1,16	2,48	2,45	2,60

IV - REGIÃO SUDESTE. Projeção da população residente e do número de domicílios particulares permanentes (em 31 de dezembro)

ANO	POPULAÇÃO						GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	DOMICÍLIOS						HAB/DOM		
	(mil)			Variação (%)				(mil)			Variação (%)			TOTAL	URBANOS	RURALS
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL		TOTAL	URBANOS	RURALS	TOTAL	URBANA	RURAL			
2005	78.184,7	71.758,4	6.426,3	-	-	-	91,78	23.909,9	22.152,2	1.757,7	-	-	-	3,22	3,19	3,60
2006	79.014,3	72.691,2	6.323,1	1,06	1,30	-1,61	92,00	24.605,9	22.773,6	1.832,3	2,91	2,81	4,24	3,16	3,14	3,40
2007	79.803,0	73.581,4	6.221,6	1,00	1,22	-1,61	92,20	25.244,2	23.412,5	1.831,7	2,59	2,81	-0,03	3,11	3,09	3,34
2008	80.550,8	74.428,9	6.121,9	0,94	1,15	-1,60	92,40	25.881,3	24.050,4	1.830,9	2,52	2,72	-0,04	3,06	3,05	3,29
2009	81.259,8	75.235,4	6.024,4	0,88	1,08	-1,59	92,59	26.517,3	24.687,3	1.830,0	2,46	2,65	-0,05	3,02	3,00	3,24
2010	81.932,3	76.003,0	5.929,2	0,83	1,02	-1,58	92,76	27.152,3	25.323,3	1.829,1	2,39	2,58	-0,05	2,97	2,95	3,19
2011	82.570,0	76.733,4	5.836,5	0,78	0,96	-1,56	92,93	27.786,6	25.958,5	1.828,2	2,34	2,51	-0,05	2,92	2,91	3,14
2012	83.175,9	77.429,4	5.746,6	0,73	0,91	-1,54	93,09	28.420,8	26.593,4	1.827,4	2,28	2,45	-0,04	2,88	2,87	3,09
2013	83.753,7	78.094,2	5.659,5	0,69	0,86	-1,52	93,24	29.055,7	27.228,7	1.826,9	2,23	2,39	-0,03	2,84	2,82	3,05
2014	84.306,6	78.731,1	5.575,5	0,66	0,82	-1,48	93,39	29.691,9	27.865,1	1.826,8	2,19	2,34	-0,01	2,79	2,78	3,00
2015	84.837,7	79.343,0	5.494,7	0,63	0,78	-1,45	93,52	30.330,4	28.503,4	1.827,0	2,15	2,29	0,01	2,75	2,74	2,96
2016	85.349,7	79.932,5	5.417,2	0,60	0,74	-1,41	93,65	30.971,7	29.144,1	1.827,7	2,11	2,25	0,04	2,71	2,70	2,92
2017	85.844,7	80.501,7	5.343,0	0,58	0,71	-1,37	93,78	31.616,5	29.787,7	1.828,9	2,08	2,21	0,07	2,67	2,66	2,87
2018	86.323,8	81.051,7	5.272,1	0,56	0,68	-1,33	93,89	32.265,0	30.434,4	1.830,6	2,05	2,17	0,10	2,63	2,62	2,83
2019	86.788,0	81.583,7	5.204,3	0,54	0,66	-1,29	94,00	32.917,3	31.084,4	1.832,9	2,02	2,14	0,13	2,59	2,58	2,79
2020	87.238,0	82.098,3	5.139,7	0,52	0,63	-1,24	94,11	33.573,6	31.737,8	1.835,8	1,99	2,10	0,16	2,56	2,55	2,75
2021	87.673,7	82.595,7	5.078,0	0,50	0,61	-1,20	94,21	34.233,7	32.394,5	1.839,3	1,97	2,07	0,19	2,52	2,51	2,72
2022	88.094,7	83.075,5	5.019,2	0,48	0,58	-1,16	94,30	34.897,3	33.053,9	1.843,3	1,94	2,04	0,22	2,48	2,47	2,68
2023	88.499,7	83.536,7	4.963,0	0,46	0,56	-1,12	94,39	35.563,7	33.715,7	1.848,0	1,91	2,00	0,25	2,45	2,44	2,64
2024	88.887,0	83.977,8	4.909,2	0,44	0,53	-1,08	94,48	36.232,1	34.379,0	1.853,1	1,88	1,97	0,28	2,41	2,40	2,61
2025	89.255,0	84.397,3	4.857,7	0,41	0,50	-1,05	94,56	36.901,5	35.042,9	1.858,7	1,85	1,93	0,30	2,38	2,37	2,57
2026	89.601,6	84.793,4	4.808,2	0,39	0,47	-1,02	94,63	37.571,1	35.706,4	1.864,8	1,81	1,89	0,33	2,35	2,34	2,54
2027	89.925,1	85.164,6	4.760,5	0,36	0,44	-0,99	94,71	38.239,8	36.368,6	1.871,2	1,78	1,85	0,35	2,31	2,30	2,50
2028	90.223,9	85.509,4	4.714,5	0,33	0,40	-0,97	94,77	38.906,7	37.028,6	1.878,1	1,74	1,81	0,37	2,28	2,27	2,47
2029	90.496,8	85.826,9	4.670,0	0,30	0,37	-0,94	94,84	39.570,9	37.685,6	1.885,3	1,71	1,77	0,38	2,25	2,24	2,44
2030	90.742,5	86.115,8	4.626,8	0,27	0,34	-0,92	94,90	40.231,2	38.338,3	1.892,9	1,67	1,73	0,40	2,22	2,21	2,41
2031	90.956,3	86.370,7	4.585,6	0,24	0,30	-0,89	94,96	40.885,7	38.984,6	1.901,1	1,63	1,69	0,43	2,19	2,18	2,37
2032	91.134,6	86.587,9	4.546,7	0,20	0,25	-0,85	95,01	41.532,3	39.622,3	1.910,1	1,58	1,64	0,47	2,16	2,15	2,34
2033	91.275,5	86.766,2	4.509,3	0,15	0,21	-0,82	95,06	42.169,6	40.249,9	1.919,8	1,53	1,58	0,51	2,13	2,12	2,31
2034	91.377,5	86.902,5	4.475,0	0,11	0,16	-0,76	95,10	42.796,3	40.865,9	1.930,5	1,49	1,53	0,56	2,10	2,09	2,28
2035	91.439,0	86.996,5	4.442,5	0,07	0,11	-0,73	95,14	43.411,0	41.466,4	1.944,6	1,44	1,47	0,73	2,07	2,06	2,25

V - REGIÃO SUL. Projeção da população residente e do número de domicílios particulares permanentes (em 31 de dezembro)

ANO	POPULAÇÃO						GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	DOMICÍLIOS						HAB/DOM		
	(mil)			Variação (%)				(mil)			Variação (%)			TOTAL	URBANOS	RURAI
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL		TOTAL	URBANOS	RURAI	TOTAL	URBANA	RURAL			
2005	26.889,2	22.501,6	4.387,6	-	-	-	83,68	8.430,9	7.034,6	1.396,3	-	-	-	3,14	3,15	3,09
2006	27.141,3	22.837,5	4.303,8	0,94	1,49	-1,91	84,14	8.649,2	7.218,6	1.430,6	2,59	2,62	2,45	3,09	3,11	2,96
2007	27.381,0	23.157,9	4.223,1	0,88	1,40	-1,87	84,58	8.885,0	7.456,3	1.428,6	2,73	3,29	-0,14	3,03	3,06	2,91
2008	27.608,3	23.462,8	4.145,6	0,83	1,32	-1,84	84,98	9.120,6	7.693,7	1.426,9	2,65	3,18	-0,12	2,98	3,00	2,86
2009	27.823,8	23.752,7	4.071,1	0,78	1,24	-1,80	85,37	9.356,1	7.930,6	1.425,5	2,58	3,08	-0,10	2,93	2,95	2,81
2010	28.028,2	24.028,3	3.999,9	0,73	1,16	-1,75	85,73	9.591,4	8.167,0	1.424,4	2,52	2,98	-0,07	2,88	2,90	2,76
2011	28.222,0	24.290,2	3.931,9	0,69	1,09	-1,70	86,07	9.826,6	8.402,8	1.423,8	2,45	2,89	-0,04	2,83	2,84	2,72
2012	28.406,2	24.539,1	3.867,1	0,65	1,02	-1,65	86,39	10.061,8	8.638,1	1.423,6	2,39	2,80	-0,01	2,78	2,80	2,67
2013	28.581,8	24.776,2	3.805,6	0,62	0,97	-1,59	86,69	10.297,1	8.873,1	1.424,0	2,34	2,72	0,03	2,73	2,75	2,63
2014	28.749,9	25.002,5	3.747,3	0,59	0,91	-1,53	86,97	10.532,8	9.107,7	1.425,0	2,29	2,64	0,07	2,69	2,70	2,59
2015	28.911,3	25.219,0	3.692,3	0,56	0,87	-1,47	87,23	10.769,0	9.342,4	1.426,6	2,24	2,58	0,11	2,64	2,66	2,55
2016	29.066,9	25.426,4	3.640,5	0,54	0,82	-1,40	87,48	11.006,1	9.577,1	1.428,9	2,20	2,51	0,16	2,60	2,61	2,51
2017	29.217,3	25.625,5	3.591,9	0,52	0,78	-1,34	87,71	11.244,1	9.812,1	1.432,0	2,16	2,45	0,21	2,56	2,57	2,47
2018	29.363,0	25.816,7	3.546,2	0,50	0,75	-1,27	87,92	11.483,1	10.047,4	1.435,7	2,13	2,40	0,26	2,52	2,53	2,43
2019	29.504,1	26.000,6	3.503,5	0,48	0,71	-1,21	88,13	11.723,3	10.283,2	1.440,1	2,09	2,35	0,31	2,48	2,49	2,39
2020	29.640,8	26.177,4	3.463,5	0,46	0,68	-1,14	88,32	11.964,7	10.519,4	1.445,3	2,06	2,30	0,36	2,44	2,45	2,36
2021	29.773,3	26.347,2	3.426,1	0,45	0,65	-1,08	88,49	12.207,4	10.756,2	1.451,2	2,03	2,25	0,41	2,40	2,41	2,32
2022	29.901,2	26.510,1	3.391,1	0,43	0,62	-1,02	88,66	12.451,2	10.993,4	1.457,8	2,00	2,21	0,45	2,36	2,37	2,29
2023	30.024,3	26.665,9	3.358,4	0,41	0,59	-0,96	88,81	12.696,1	11.231,1	1.465,1	1,97	2,16	0,50	2,33	2,34	2,26
2024	30.142,0	26.814,2	3.327,8	0,39	0,56	-0,91	88,96	12.942,0	11.469,0	1.473,0	1,94	2,12	0,54	2,29	2,30	2,22
2025	30.253,9	26.954,8	3.299,0	0,37	0,52	-0,86	89,10	13.188,8	11.707,2	1.481,6	1,91	2,08	0,58	2,26	2,27	2,19
2026	30.359,2	27.087,3	3.272,0	0,35	0,49	-0,82	89,22	13.436,2	11.945,4	1.490,7	1,88	2,04	0,62	2,22	2,23	2,16
2027	30.457,5	27.211,1	3.246,4	0,32	0,46	-0,78	89,34	13.684,1	12.183,7	1.500,4	1,85	1,99	0,65	2,19	2,20	2,13
2028	30.548,4	27.326,1	3.222,2	0,30	0,42	-0,75	89,45	13.932,6	12.421,9	1.510,7	1,82	1,96	0,68	2,16	2,16	2,10
2029	30.631,3	27.432,1	3.199,2	0,27	0,39	-0,71	89,56	14.181,5	12.660,1	1.521,5	1,79	1,92	0,71	2,13	2,13	2,07
2030	30.706,0	27.528,7	3.177,3	0,24	0,35	-0,69	89,65	14.430,8	12.898,1	1.532,7	1,76	1,88	0,74	2,09	2,10	2,04
2031	30.770,5	27.614,4	3.156,1	0,21	0,31	-0,67	89,74	14.680,1	13.135,8	1.544,4	1,73	1,84	0,76	2,06	2,07	2,01
2032	30.825,9	27.690,4	3.135,4	0,18	0,28	-0,65	89,83	14.930,0	13.373,6	1.556,4	1,70	1,81	0,78	2,03	2,04	1,98
2033	30.873,3	27.757,7	3.115,5	0,15	0,24	-0,63	89,91	15.181,2	13.612,4	1.568,8	1,68	1,79	0,80	2,00	2,01	1,95
2034	30.913,8	27.818,0	3.095,8	0,13	0,22	-0,63	89,99	15.434,7	13.853,1	1.581,6	1,67	1,77	0,81	1,97	1,98	1,93
2035	30.948,5	27.872,3	3.076,2	0,11	0,20	-0,63	90,06	15.691,5	14.094,7	1.596,8	1,66	1,74	0,96	1,94	1,95	1,90

VI - REGIÃO CENTRO-OESTE. Projeção da população residente e do número de domicílios particulares permanentes (em 31 de dezembro)

ANO	POPULAÇÃO						GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	DOMICÍLIOS						HAB/DOM		
	(mil)			Variação (%)				(mil)			Variação (%)			TOTAL	URBANOS	RURAIS
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL		TOTAL	URBANOS	RURAIS	TOTAL	URBANA	RURAL			
2005	13.146,7	11.704,7	1.442,1	-	-	-	89,03	3.880,9	3.337,9	543,0	-	-	-	3,33	3,45	2,61
2006	13.374,1	11.956,5	1.417,6	1,73	2,15	-1,69	89,40	4.021,8	3.465,6	556,2	3,63	3,83	2,43	3,27	3,39	2,51
2007	13.590,3	12.196,4	1.393,9	1,62	2,01	-1,67	89,74	4.154,8	3.598,1	556,7	3,31	3,82	0,09	3,22	3,34	2,46
2008	13.795,3	12.424,3	1.371,0	1,51	1,87	-1,64	90,06	4.286,6	3.729,5	557,1	3,17	3,65	0,08	3,17	3,28	2,42
2009	13.989,7	12.640,7	1.348,9	1,41	1,74	-1,61	90,36	4.417,2	3.859,6	557,6	3,05	3,49	0,08	3,12	3,22	2,38
2010	14.174,0	12.846,1	1.327,8	1,32	1,63	-1,57	90,63	4.546,5	3.988,4	558,1	2,93	3,34	0,09	3,07	3,17	2,34
2011	14.348,8	13.041,1	1.307,7	1,23	1,52	-1,52	90,89	4.674,5	4.115,8	558,7	2,82	3,19	0,10	3,02	3,12	2,30
2012	14.514,9	13.226,2	1.288,6	1,16	1,42	-1,46	91,12	4.801,2	4.241,9	559,3	2,71	3,06	0,12	2,97	3,07	2,27
2013	14.673,2	13.402,6	1.270,6	1,09	1,33	-1,40	91,34	4.926,9	4.366,7	560,2	2,62	2,94	0,15	2,93	3,02	2,23
2014	14.824,8	13.571,0	1.253,7	1,03	1,26	-1,33	91,54	5.051,5	4.490,2	561,2	2,53	2,83	0,19	2,89	2,97	2,20
2015	14.970,4	13.732,3	1.238,0	0,98	1,19	-1,25	91,73	5.175,2	4.612,7	562,5	2,45	2,73	0,23	2,85	2,93	2,17
2016	15.110,7	13.887,3	1.223,4	0,94	1,13	-1,18	91,90	5.298,2	4.734,2	564,0	2,38	2,63	0,27	2,81	2,89	2,13
2017	15.246,4	14.036,4	1.210,0	0,90	1,07	-1,10	92,06	5.420,5	4.854,7	565,8	2,31	2,55	0,32	2,77	2,85	2,10
2018	15.377,7	14.180,1	1.197,6	0,86	1,02	-1,02	92,21	5.542,1	4.974,2	567,9	2,24	2,46	0,36	2,73	2,81	2,08
2019	15.504,9	14.318,7	1.186,2	0,83	0,98	-0,95	92,35	5.663,1	5.092,8	570,2	2,18	2,38	0,41	2,69	2,77	2,05
2020	15.628,3	14.452,4	1.175,8	0,80	0,93	-0,88	92,48	5.783,3	5.210,4	572,8	2,12	2,31	0,46	2,66	2,73	2,02
2021	15.747,7	14.581,4	1.166,3	0,76	0,89	-0,81	92,59	5.902,7	5.327,0	575,7	2,06	2,24	0,50	2,63	2,69	1,99
2022	15.863,1	14.705,4	1.157,7	0,73	0,85	-0,74	92,70	6.021,2	5.442,4	578,8	2,01	2,17	0,54	2,59	2,66	1,97
2023	15.974,1	14.824,3	1.149,8	0,70	0,81	-0,68	92,80	6.138,6	5.556,4	582,2	1,95	2,09	0,58	2,56	2,63	1,94
2024	16.080,2	14.937,7	1.142,6	0,66	0,76	-0,63	92,89	6.254,6	5.668,8	585,7	1,89	2,02	0,61	2,53	2,59	1,92
2025	16.181,1	15.045,2	1.135,9	0,63	0,72	-0,58	92,98	6.369,0	5.779,5	589,5	1,83	1,95	0,64	2,50	2,56	1,90
2026	16.276,1	15.146,4	1.129,7	0,59	0,67	-0,54	93,06	6.481,6	5.888,2	593,4	1,77	1,88	0,66	2,47	2,53	1,87
2027	16.364,8	15.240,8	1.124,0	0,54	0,62	-0,51	93,13	6.592,1	5.994,6	597,5	1,70	1,81	0,68	2,44	2,50	1,85
2028	16.446,7	15.328,1	1.118,5	0,50	0,57	-0,48	93,20	6.700,3	6.098,7	601,7	1,64	1,74	0,70	2,42	2,47	1,83
2029	16.521,5	15.408,1	1.113,4	0,45	0,52	-0,46	93,26	6.806,1	6.200,1	606,0	1,58	1,66	0,71	2,39	2,45	1,81
2030	16.588,8	15.480,4	1.108,4	0,41	0,47	-0,45	93,32	6.909,5	6.299,1	610,3	1,52	1,60	0,72	2,36	2,42	1,79
2031	16.651,9	15.548,3	1.103,6	0,38	0,44	-0,44	93,37	7.011,2	6.396,4	614,8	1,47	1,54	0,73	2,34	2,39	1,77
2032	16.710,1	15.611,3	1.098,8	0,35	0,41	-0,43	93,42	7.111,5	6.492,1	619,3	1,43	1,50	0,74	2,31	2,37	1,75
2033	16.763,2	15.669,2	1.094,0	0,32	0,37	-0,44	93,47	7.210,1	6.586,2	623,9	1,39	1,45	0,74	2,29	2,34	1,73
2034	16.810,7	15.721,5	1.089,2	0,28	0,33	-0,44	93,52	7.307,0	6.678,5	628,5	1,34	1,40	0,74	2,26	2,32	1,71
2035	16.852,0	15.767,6	1.084,4	0,25	0,29	-0,44	93,57	7.402,3	6.768,3	634,1	1,30	1,34	0,88	2,24	2,29	1,68

ANEXO C. UNIDADES DA FEDERAÇÃO.
PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL
Estimativa da população residente - IBGE (em 31 de dezembro)

ANO	REGIÃO NORTE												REGIÃO SUL							
	Rondônia		Acre		Amazonas		Roraima		Pará		Amapá		Tocantins		Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul	
	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)
2005	1.465,0	-	649,6	-	3.197,1	-	388,8	-	7.019,9	-	576,1	-	1.248,7	-	10.325,7	-	5.870,4	-	10.693,1	-
2006	1.476,9	0,81	662,2	1,94	3.256,7	1,86	398,7	2,56	7.144,8	1,78	591,5	2,66	1.261,9	1,05	10.435,2	1,06	5.945,9	1,28	10.760,2	0,63
2007	1.488,1	0,76	674,2	1,81	3.313,4	1,74	408,2	2,37	7.263,5	1,66	606,0	2,46	1.274,4	0,99	10.539,4	1,00	6.017,6	1,21	10.824,1	0,59
2008	1.498,7	0,72	685,6	1,69	3.367,1	1,62	417,1	2,20	7.376,1	1,55	619,9	2,28	1.286,3	0,93	10.638,1	0,94	6.085,6	1,13	10.884,6	0,56
2009	1.508,8	0,67	696,4	1,57	3.418,1	1,51	425,6	2,04	7.482,8	1,45	633,0	2,11	1.297,5	0,87	10.731,7	0,88	6.150,0	1,06	10.942,1	0,53
2010	1.518,4	0,63	706,6	1,47	3.466,4	1,41	433,7	1,89	7.584,0	1,35	645,4	1,96	1.308,2	0,82	10.820,5	0,83	6.211,2	0,99	10.996,5	0,50
2011	1.527,5	0,60	716,3	1,37	3.512,2	1,32	441,3	1,76	7.680,0	1,27	657,2	1,83	1.318,3	0,77	10.904,7	0,78	6.269,2	0,93	11.048,1	0,47
2012	1.536,1	0,56	725,5	1,29	3.555,7	1,24	448,6	1,64	7.771,3	1,19	668,4	1,70	1.327,9	0,73	10.984,7	0,73	6.324,3	0,88	11.097,2	0,44
2013	1.544,4	0,54	734,3	1,21	3.597,2	1,17	455,5	1,54	7.858,2	1,12	679,0	1,60	1.337,1	0,69	11.061,0	0,69	6.376,8	0,83	11.144,0	0,42
2014	1.552,2	0,51	742,7	1,14	3.637,0	1,10	462,1	1,45	7.941,5	1,06	689,3	1,50	1.345,8	0,66	11.134,0	0,66	6.427,1	0,79	11.188,7	0,40
2015	1.559,8	0,49	750,7	1,09	3.675,1	1,05	468,5	1,38	8.021,4	1,01	699,1	1,42	1.354,3	0,63	11.204,2	0,63	6.475,4	0,75	11.231,7	0,38
2016	1.567,1	0,47	758,5	1,04	3.711,9	1,00	474,6	1,31	8.098,5	0,96	708,5	1,35	1.362,4	0,60	11.271,8	0,60	6.521,9	0,72	11.273,2	0,37
2017	1.574,1	0,45	766,0	0,99	3.747,5	0,96	480,5	1,25	8.173,0	0,92	717,7	1,29	1.370,2	0,58	11.337,1	0,58	6.566,9	0,69	11.313,3	0,36
2018	1.581,0	0,43	773,3	0,95	3.781,9	0,92	486,3	1,19	8.245,1	0,88	726,5	1,23	1.377,8	0,55	11.400,4	0,56	6.610,5	0,66	11.352,1	0,34
2019	1.587,6	0,42	780,4	0,91	3.815,2	0,88	491,8	1,14	8.315,0	0,85	735,1	1,18	1.385,2	0,53	11.461,7	0,54	6.652,7	0,64	11.389,7	0,33
2020	1.594,0	0,40	787,2	0,88	3.847,6	0,85	497,2	1,10	8.382,7	0,81	743,4	1,13	1.392,3	0,52	11.521,1	0,52	6.693,6	0,61	11.426,1	0,32
2021	1.600,2	0,39	793,8	0,84	3.878,9	0,81	502,5	1,05	8.448,3	0,78	751,5	1,08	1.399,3	0,50	11.578,7	0,50	6.733,2	0,59	11.461,4	0,31
2022	1.606,2	0,37	800,2	0,81	3.909,1	0,78	507,5	1,00	8.511,7	0,75	759,3	1,04	1.405,9	0,48	11.634,2	0,48	6.771,5	0,57	11.495,5	0,30
2023	1.611,9	0,36	806,4	0,77	3.938,2	0,74	512,3	0,96	8.572,6	0,72	766,7	0,99	1.412,4	0,46	11.687,7	0,46	6.808,3	0,54	11.528,2	0,29
2024	1.617,5	0,34	812,3	0,73	3.966,0	0,71	517,0	0,91	8.630,9	0,68	773,9	0,93	1.418,5	0,44	11.738,9	0,44	6.843,6	0,52	11.559,6	0,27
2025	1.622,7	0,32	817,9	0,69	3.992,5	0,67	521,4	0,85	8.686,3	0,64	780,7	0,88	1.424,3	0,41	11.787,5	0,41	6.877,0	0,49	11.589,4	0,26
2026	1.627,6	0,30	823,1	0,64	4.017,4	0,62	525,5	0,80	8.738,5	0,60	787,1	0,82	1.429,8	0,39	11.833,2	0,39	6.908,5	0,46	11.617,5	0,24
2027	1.632,2	0,28	828,1	0,60	4.040,6	0,58	529,4	0,74	8.787,2	0,56	793,1	0,76	1.435,0	0,36	11.875,9	0,36	6.937,9	0,43	11.643,7	0,23
2028	1.636,5	0,26	832,6	0,55	4.062,1	0,53	533,0	0,68	8.832,2	0,51	798,6	0,70	1.439,7	0,33	11.915,4	0,33	6.965,1	0,39	11.667,9	0,21
2029	1.640,4	0,24	836,8	0,50	4.081,7	0,48	536,3	0,61	8.873,3	0,47	803,6	0,63	1.444,0	0,30	11.951,4	0,30	6.989,9	0,36	11.690,0	0,19
2030	1.643,9	0,21	840,5	0,45	4.099,3	0,43	539,2	0,55	8.910,3	0,42	808,2	0,57	1.447,9	0,27	11.983,9	0,27	7.012,3	0,32	11.709,9	0,17

Estimativa da população residente - IBGE (em 31 de dezembro)

ANO	REGIÃO NORDESTE															
	Maranhão		Piauí		Ceará		Rio Grande do Norte		Paraíba		Pernambuco		Alagoas		Bahia	
	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)
2005	6.135,9	-	3.049,1	-	8.182,7	-	3.020,8	-	3.667,3	-	8.524,8	-	3.049,0	-	14.131,5	-
2006	6.206,2	1,14	3.078,4	0,96	8.293,6	1,36	3.056,2	1,17	3.698,5	0,85	8.611,5	1,02	3.081,5	1,07	14.285,2	1,09
2007	6.273,0	1,08	3.106,1	0,90	8.399,0	1,27	3.090,0	1,10	3.728,1	0,80	8.694,0	0,96	3.112,5	1,00	14.431,3	1,02
2008	6.336,3	1,01	3.132,5	0,85	8.499,0	1,19	3.121,9	1,03	3.756,3	0,75	8.772,1	0,90	3.141,8	0,94	14.569,8	0,96
2009	6.396,3	0,95	3.157,5	0,80	8.593,8	1,12	3.152,3	0,97	3.782,9	0,71	8.846,3	0,84	3.169,6	0,89	14.701,2	0,90
2010	6.453,2	0,89	3.181,1	0,75	8.683,7	1,05	3.181,0	0,91	3.808,2	0,67	8.916,6	0,79	3.196,0	0,83	14.825,7	0,85
2011	6.507,2	0,84	3.203,6	0,71	8.769,0	0,98	3.208,3	0,86	3.832,2	0,63	8.983,2	0,75	3.221,0	0,78	14.943,9	0,80
2012	6.558,5	0,79	3.224,9	0,67	8.850,0	0,92	3.234,2	0,81	3.855,0	0,59	9.046,6	0,71	3.244,8	0,74	15.056,1	0,75
2013	6.607,4	0,75	3.245,3	0,63	8.927,3	0,87	3.258,9	0,76	3.876,7	0,56	9.107,0	0,67	3.267,5	0,70	15.163,2	0,71
2014	6.654,2	0,71	3.264,8	0,60	9.001,2	0,83	3.282,5	0,73	3.897,5	0,54	9.164,8	0,63	3.289,2	0,66	15.265,6	0,68
2015	6.699,2	0,68	3.283,5	0,57	9.072,2	0,79	3.305,2	0,69	3.917,5	0,51	9.220,3	0,61	3.310,0	0,63	15.364,0	0,64
2016	6.742,5	0,65	3.301,5	0,55	9.140,7	0,75	3.327,1	0,66	3.936,8	0,49	9.273,8	0,58	3.330,1	0,61	15.458,8	0,62
2017	6.784,4	0,62	3.318,9	0,53	9.206,8	0,72	3.348,3	0,64	3.955,4	0,47	9.325,5	0,56	3.349,5	0,58	15.550,5	0,59
2018	6.825,0	0,60	3.335,8	0,51	9.270,9	0,70	3.368,8	0,61	3.973,4	0,46	9.375,6	0,54	3.368,3	0,56	15.639,3	0,57
2019	6.864,3	0,58	3.352,2	0,49	9.333,0	0,67	3.388,6	0,59	3.990,9	0,44	9.424,2	0,52	3.386,5	0,54	15.725,3	0,55
2020	6.902,4	0,55	3.368,0	0,47	9.393,1	0,64	3.407,9	0,57	4.007,8	0,42	9.471,2	0,50	3.404,2	0,52	15.808,6	0,53
2021	6.939,3	0,53	3.383,4	0,46	9.451,4	0,62	3.426,5	0,55	4.024,2	0,41	9.516,8	0,48	3.421,3	0,50	15.889,4	0,51
2022	6.974,9	0,51	3.398,2	0,44	9.507,7	0,60	3.444,5	0,53	4.040,0	0,39	9.560,8	0,46	3.437,8	0,48	15.967,3	0,49
2023	7.009,2	0,49	3.412,5	0,42	9.561,8	0,57	3.461,8	0,50	4.055,3	0,38	9.603,1	0,44	3.453,7	0,46	16.042,4	0,47
2024	7.042,0	0,47	3.426,1	0,40	9.613,6	0,54	3.478,4	0,48	4.069,9	0,36	9.643,6	0,42	3.468,9	0,44	16.114,1	0,45
2025	7.073,2	0,44	3.439,1	0,38	9.662,8	0,51	3.494,1	0,45	4.083,7	0,34	9.682,1	0,40	3.483,3	0,42	16.182,3	0,42
2026	7.102,5	0,41	3.451,3	0,35	9.709,2	0,48	3.508,9	0,42	4.096,7	0,32	9.718,3	0,37	3.496,9	0,39	16.246,5	0,40
2027	7.129,9	0,39	3.462,7	0,33	9.752,4	0,45	3.522,8	0,39	4.108,9	0,30	9.752,1	0,35	3.509,6	0,36	16.306,4	0,37
2028	7.155,2	0,35	3.473,2	0,30	9.792,4	0,41	3.535,5	0,36	4.120,1	0,27	9.783,3	0,32	3.521,4	0,33	16.361,8	0,34
2029	7.178,3	0,32	3.482,8	0,28	9.828,8	0,37	3.547,2	0,33	4.130,4	0,25	9.811,9	0,29	3.532,1	0,30	16.412,3	0,31
2030	7.199,1	0,29	3.491,5	0,25	9.861,7	0,33	3.557,7	0,30	4.139,6	0,22	9.837,6	0,26	3.541,7	0,27	16.457,8	0,28

Estimativa da população residente - IBGE (em 31 de dezembro)

ANO	REGIÃO SUDESTE								REGIÃO CENTRO-OESTE							
	Minas Gerais		Espírito Santo		Rio de Janeiro		São Paulo		Mato Grosso do Sul		Mato Grosso		Goiás		Distrito Federal	
	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)	Mil	Var. (%)
2005	19.344,6	-	3.361,3	-	15.492,3	-	39.986,6	-	2.268,8	-	2.836,7	-	5.621,1	-	2.420,2	-
2006	19.554,0	1,08	3.399,5	1,14	15.649,7	1,02	40.411,1	1,06	2.296,6	1,23	2.886,8	1,77	5.713,8	1,65	2.476,9	2,34
2007	19.753,0	1,02	3.435,9	1,07	15.799,3	0,96	40.814,8	1,00	2.323,1	1,15	2.934,4	1,65	5.802,0	1,54	2.530,8	2,18
2008	19.941,7	0,96	3.470,4	1,00	15.941,2	0,90	41.197,5	0,94	2.348,2	1,08	2.979,6	1,54	5.885,5	1,44	2.581,9	2,02
2009	20.120,6	0,90	3.503,1	0,94	16.075,8	0,84	41.560,4	0,88	2.372,1	1,01	3.022,5	1,44	5.964,8	1,35	2.630,4	1,88
2010	20.290,2	0,84	3.534,1	0,89	16.203,4	0,79	41.904,6	0,83	2.394,7	0,95	3.063,1	1,34	6.039,9	1,26	2.676,3	1,75
2011	20.451,2	0,79	3.563,5	0,83	16.324,4	0,75	42.230,9	0,78	2.416,1	0,89	3.101,6	1,26	6.111,2	1,18	2.719,9	1,63
2012	20.604,0	0,75	3.591,4	0,78	16.439,4	0,70	42.541,1	0,73	2.436,4	0,84	3.138,2	1,18	6.178,9	1,11	2.761,3	1,52
2013	20.749,8	0,71	3.618,1	0,74	16.549,0	0,67	42.836,8	0,70	2.455,8	0,80	3.173,2	1,11	6.243,4	1,04	2.800,8	1,43
2014	20.889,3	0,67	3.643,6	0,70	16.653,9	0,63	43.119,7	0,66	2.474,4	0,76	3.206,6	1,05	6.305,2	0,99	2.838,6	1,35
2015	21.023,4	0,64	3.668,1	0,67	16.754,7	0,61	43.391,6	0,63	2.492,2	0,72	3.238,6	1,00	6.364,6	0,94	2.874,9	1,28
2016	21.152,6	0,61	3.691,7	0,64	16.851,9	0,58	43.653,6	0,60	2.509,4	0,69	3.269,6	0,96	6.421,8	0,90	2.909,9	1,22
2017	21.277,4	0,59	3.714,5	0,62	16.945,8	0,56	43.907,0	0,58	2.526,1	0,66	3.299,5	0,91	6.477,1	0,86	2.943,7	1,16
2018	21.398,3	0,57	3.736,6	0,59	17.036,7	0,54	44.152,2	0,56	2.542,2	0,64	3.328,4	0,88	6.530,6	0,83	2.976,5	1,11
2019	21.515,5	0,55	3.758,0	0,57	17.124,8	0,52	44.389,8	0,54	2.557,7	0,61	3.356,5	0,84	6.582,5	0,79	3.008,2	1,07
2020	21.629,0	0,53	3.778,7	0,55	17.210,2	0,50	44.620,1	0,52	2.572,9	0,59	3.383,7	0,81	6.632,8	0,76	3.039,0	1,02
2021	21.739,0	0,51	3.798,8	0,53	17.292,9	0,48	44.843,1	0,50	2.587,5	0,57	3.410,0	0,78	6.681,5	0,73	3.068,7	0,98
2022	21.845,2	0,49	3.818,2	0,51	17.372,7	0,46	45.058,5	0,48	2.601,6	0,55	3.435,4	0,75	6.728,5	0,70	3.097,5	0,94
2023	21.947,4	0,47	3.836,9	0,49	17.449,6	0,44	45.265,8	0,46	2.615,2	0,52	3.459,9	0,71	6.773,7	0,67	3.125,2	0,89
2024	22.045,1	0,45	3.854,8	0,47	17.523,1	0,42	45.464,1	0,44	2.628,3	0,50	3.483,3	0,68	6.817,0	0,64	3.151,7	0,85
2025	22.138,0	0,42	3.871,7	0,44	17.592,9	0,40	45.652,4	0,41	2.640,6	0,47	3.505,5	0,64	6.858,1	0,60	3.176,8	0,80
2026	22.225,4	0,40	3.887,7	0,41	17.658,7	0,37	45.829,8	0,39	2.652,3	0,44	3.526,5	0,60	6.896,9	0,56	3.200,5	0,75
2027	22.307,0	0,37	3.902,6	0,38	17.720,1	0,35	45.995,3	0,36	2.663,1	0,41	3.546,0	0,55	6.933,0	0,52	3.222,6	0,69
2028	22.382,4	0,34	3.916,4	0,35	17.776,8	0,32	46.148,3	0,33	2.673,2	0,38	3.564,1	0,51	6.966,4	0,48	3.243,0	0,63
2029	22.451,3	0,31	3.929,0	0,32	17.828,5	0,29	46.288,0	0,30	2.682,3	0,34	3.580,6	0,46	6.996,9	0,44	3.261,7	0,58
2030	22.513,3	0,28	3.940,3	0,29	17.875,2	0,26	46.413,7	0,27	2.690,6	0,31	3.595,4	0,41	7.024,4	0,39	3.278,5	0,51